

# *Clipping* **TJES**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**19 de setembro de 2019**

## **Na pista**

Fra voz corrente ontem à tarde no Palácio Anchieta que o próximo presidente do Tribunal de Justiça será o desembargador Ronaldo Gonçalves, atual vice-presidente do TRE-ES.

# Advogado é réu com três clientes

Entre os clientes está a única liderança ainda foragida do Primeiro PCV, o Marujo

GLACIERI CARRARETTO |  
gcarrera@edgazeta.com.br

Três clientes do advogado criminalista Frank William de Moraes Leal Horácio também são réus na mesma ação penal em que ele responde por homicídio qualificado por motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa da vítima.

Entre os clientes está a única liderança ainda foragida do Primeiro Comando da Capital (PCV), Fernando Moraes Pereira Pimenta, o Marujo, 27 anos. De acordo com as apurações da Delegacia de Homicídios e Proteção (DHPP) da Serra, Marujo autorizou que a execução da vítima, Fernando Monteiro Telles, ocorresse no Bairro da Penha, Vitória. Ele ainda participou do assassinato e ordenou que o corpo fosse retirado do local para dificultar as investigações e tirar o bairro do foco da polícia.

Um outro cliente de Frank era o mandante do crime e de quem ele trouxe a ordem para execuções. O detento Ícaro Santana Soares, o Icrinho, de 25 anos, deu a ordem para matar a esposa e o amigo Fernando Monteiro Telles.



Fernando Pimenta, Ícaro Santana e Filipe Santana Pereira eram clientes de Frank

O outro cliente que virou réu é Filipe Santana Pereira, responsável por participar da execução e transportar comparsas de Serra Dourada para o Bairro da Penha no dia do crime.

## DEFESA

Para o advogado de defesa de Frank, Walas Paiva Espindola, a prisão prejudicou todo o processo, inclusive a defesa dos demais acusados. "Os fatos imputados ao doutor Frank são precoces. Dentro do processo, o advogado defendia outras pessoas envolvidas. Ele tem uma carreira ilustre. O que está sendo imputado a ele é uma forma de expor a advocacia criminal e não há nenhuma prova objetiva", pontuou.

Ao todo, 10 pessoas foram indiciadas pela Polí-

*"Ele tem uma carreira ilustre. O que está sendo imputado a ele é uma forma de expor a advocacia criminal e não há nenhuma prova objetiva"*

WALAS PAIVA ESPINDOLA  
ADVOGADO DE DEFESA

cia Civil, inclusive o advogado Frank Willian, pelo crime de homicídio qualificado. Considerando os autos do processo, o Ministério Público denunciou todos, denúncia a qual foi recebida pela Justiça, tornando-os réus dos crimes. Ainda nesta semana, Espindola deve entrar com o pedido

de liberdade junto à Vara Criminal de Vitória.

## ÁUDIO

Na entrevista coletiva do caso, o delegado Rodrigo Sandi Mori, da DHPP Serra, afirmou que as investigações levantaram um áudio do advogado Frank Willian em que ele conta detalhes do inquérito para familiares dos investigados, inclusive sugerindo nomes de pessoas que poderiam ser as testemunhas sigilosas.

No dia seguinte que o advogado repassou o áudio, a casa da pessoa que ele indicou como testemunha foi depredada. "Ele ultrapassa os limites de atuação da advocacia e passa a atuar em conjunto com criminosos a partir do momento em que trás uma ordem pra matar de dentro do presídio; escreve uma carta de próprio punho a



Frank William Horácio foi preso na última sexta-feira

pedido do mandante e colocou em risco a vida de testemunhas ouvidas no inquérito policial", afirmou o delegado durante a coletiva de imprensa.

Já a defesa alega que Frank não sugere no áudio que haja represália contra as testemunhas. "Doutor Frank supõe no áudio quem seriam as testemunhas sigilosas. É muito subjetivo falarmos que a casa de uma pessoa foi destruída por este motivo. Não há, em nenhum momento do áudio, qualquer tipo de comando ou ação para destruir casa de alguém", alegou.

Já sobre a carta que Frank escreveu a pedido de

Ícaro, detento da penitenciária de Guarapari, Espindola ressaltou que "a única carta que tem no processo é de um rompimento de relacionamento".

## O CRIME

Fernando Telles, traficante aliado ao PCV, foi morto no Bairro da Penha, em Vitória, a mando de um dos melhores amigos dele, Ícaro Santana, o Icrinho. O crime aconteceu no dia 28 de março deste ano.

O corpo de Fernando foi levado dentro do porta-malas do carro da vítima, após ele ser torturado por 40 minutos e degolado, até a Rodovia Audifax Barcelos, na Serra.

## | PRESIDENTE KENNEDY |

# Amanda Quinta deixa prisão e tem de ficar longe da prefeitura

**Prefeita afastada ficou detida durante 4 meses. Decisão do STJ impôs medidas cautelares**

▲ BEATRIZ CALIMAN

A prefeita afastada de Presidente Kennedy, Amanda Quinta (sem partido), deixou ontem o Centro Prisional Feminino de Cachoeiro de Itapemirim por volta das 17h, após mais de quatro meses presa no local. Ela saiu da cadeia dentro de um carro branco com os vidros escuros.

Amanda foi detida no dia 8 de maio durante a Operação Rubi, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público Estadual (MPES), que apurou um esquema de fraude em licitações e pagamento de propina na cidade.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou a soltura da prefeita afastada na terça-feira, 17, após pedido de habeas corpus. Ontem, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), expediu o alvará de soltura de Amanda. O despacho foi assinado pelo desembargador Fernando Zardini Antonio, Relator da Ação Penal movida pelo



CARLOS ALBERTO SILVA/ARQUIVO

**Amanda Quinta, prefeita afastada de Presidente Kennedy, havia sido presa em maio**

MPES contra a prefeita.

A decisão de soltar a prefeita foi tomada pelo colegiado da Sexta Turma do STJ, por unanimidade. O relator do caso, o ministro Antônio Saldanha Palheiro, resolveu substituir a custódia preventiva por medidas cautelares.

### RESTRIÇÕES

Amanda Quinta segue afastada do cargo com sua saída do centro prisional, mas ficam mantidos os vencimentos. Ela terá de ficar a pelo menos 100 metros de

distância da Prefeitura de Presidente Kennedy. A prefeita também está proibida de utilizar qualquer bem relativo ao cargo.

Além disso, a Amanda não pode ficar fora de casa no período noturno, de 22h às 6h, e nos dias de folga. Deve também comparecer mensalmente ao juízo para informar e justificar suas atividades. Ela também está proibida de se ausentar da comarca onde mora, em Presidente Kennedy, por mais de cinco dias, salvo quando au-

torizado judicialmente.

Amanda deve ainda prestar declarações ao MPES e à autoridade policial sempre que solicitado.

### O CASO

As investigações da Operação Rubi foram iniciadas pelo Ministério Público em 2017. A equipe diz ter colhido evidências contundentes de que os agentes políticos e servidores municipais recebiam propina de empresários dos ramos de limpeza pública e transporte coletivo.

Os contratos investigados na Operação Rubi somam mais de R\$ 150 milhões, no período de 2013 a 2018. A maior parte do montante – R\$ 105,7 milhões – é referente a contratos firmados entre quatro empresas investigadas e prefeituras do Sul do Estado.

No dia 8 de maio, a prefeita Amanda Quinta, o secretário municipal e companheiro dela, José Augusto Paiva, e o empresário Marcelo Marcondes Soares realizavam uma reunião na casa de Amanda, em que foram entregues R\$ 33 mil de propina, em uma mochila. Eles foram presos em flagrante pela polícia. Marcondes fez delação e foi solto.

Na terça, o advogado Altamiro Thadeu Sobreiro, que defende Amanda Quinta, comemorou a decisão do STJ. “Sempre seguimos acreditando na Justiça. Hoje (terça) o STJ à unanimidade promoveu justiça ao determinar a soltura de Amanda”, disse.

Sobreiro, que também defende José Augusto, afirmou na ocasião que vai pedir ainda a extensão dos efeitos da decisão de Amanda para o cliente. Em agosto, o STJ negou o habeas corpus pedido pela defesa.

## CONFESSO

# Assassino de Camata segue preso, decide TJES

⚡ A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado (TJES) negou ontem pedido de habeas corpus de Marcos Venício Moreira Andrade, assassino confesso do ex-governador Gerson Camata. A defesa pleiteava outras medidas cautelares, mas, com o resultado do julgamento, ele segue preso.

O relator do pedido, desembargador Sérgio Bizotto, votou por negar o pleito e foi acompanhado por todos os demais membros da 2ª Câmara. Bizzotto frisou que a manutenção da prisão é necessária para a garantia da ordem pública.

Marquinho está encarcerado desde o dia do crime, praticado em 26 de dezembro de 2018. Seus advogados, Homero Mafra e Junia Karla Passos, afirmaram que vão ao Superior Tribunal de Justiça buscar a liberdade do acusado. (Vinícius Valfré)

HOMENAGEM A EX-GOVERNADOR

# Segunda Ponte recebe o nome de Gerson Camata

Antigo Viaduto do Príncipe agora tem o nome do ex-governador que foi assassinado em dezembro do ano passado, em Vitória

**Kleber Amorim**

Em solenidade com a presença de diversas autoridades, ontem, no Palácio Anchieta, o governador Renato Casagrande (PSB) sancionou projeto do deputado Marcelo Santos (PDT) que batiza o "Viaduto do Príncipe", na Segunda Ponte, como "Ponte Governador Gerson Camata".

O viaduto se estende de Vila Velha à alça de acesso à BR-262, ligando o trecho à Segunda Ponte. O governador disse que Camata fez história e sempre será uma referência para a população capixaba.

"Essa homenagem representa o reconhecimento pelo trabalho que foi feito pelo Gerson como governador, senador, deputado estadual, como liderança política, cidadão. Importante que a gente possa reconhecer quem teve uma grande contribuição ao desenvolvimento do Estado", afirmou Casagrande.

Marcelo Santos, por sua vez, contou que em breve o nome de Camata será dado a toda a ponte.

"Estamos em processo acelerado de estadualização do trecho do quilômetro zero até o quilômetro 7,2, ou seja, que compreenda toda extensão federal da Segunda Ponte. Com isso, toda a ponte será denominada Gerson Camata", disse.

Tanto o governador como o deputado acreditam que o novo nome da Segunda Ponte cairá no gosto do cidadão pela popularidade que já tem o nome de Camata.

Ex-deputada federal e viúva de Gerson, Rita Camata comparou o trecho que está sendo batizado



CASAGRANDE sanciona a lei em favor de Camata (destaque) entre a viúva Rita e o deputado Marcelo Santos

com a própria vida do ex-governador. "Esse trecho da ponte que liga as cidades à ilha de Vitória e que recebe o nome de Camata traduz um pouco do esforço que ele fez, que foi ligar os municípios do interior à capital", disse Rita.

A ex-deputada se refere ao fato de Camata ser reconhecido como o governador responsável por ter construído rodovias por todo Estado, fato que foi lembrado também pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sérgio Gama, durante discurso. Ele contou que o pai, produtor agrícola, conseguiu escoar sua produção por causa das estradas.

Estiveram presentes, ainda, o desembargador Ronaldo Gonçalves, o presidente da Assembleia, Erick Musso, deputados, o subprocurador-geral de Justiça, Josemar Moreira, e secretários de Estado.

## Viúva cobra rapidez na condenação de assassino

A viúva de Gerson Camata, a ex-deputada federal Rita Camata, disse que tem acompanhado de perto o processo contra Marcos Venício Moreira Andrade, assassino confesso de seu marido, para que haja rapidez na condenação.

"Tenho pedido muito a Deus, rezado muito com meus filhos para que me dê sabedoria na condução de tudo isso. Tenho acompanhado de perto o processo criminal para que ele seja célere e a justiça seja feita", disse Rita.

"Porque a justiça tardia ela é negligenciada. Tenho muita fé na justiça e acredito que em breve nós vamos ter a condenação dessa brutalidade que foi cometida contra o Gerson. E quem fez, que pague por ela", desabafou.

Gerson Camata foi assassinado em 26 de dezembro de 2018 por seu ex-assessor. O motivo seria uma ação judicial movida pelo ex-governador contra Marcos Venício.



RITA CAMATA abraça Casagrande

### O QUE ELES DIZEM



SÉRGIO GAMA, presidente do TJ-ES

"Sou alegre e foi Camata que levou toda a edificação rural e colaborou para escoamento da produção agrícola"



ERICK MUSSO (Republicanos), pres. da Ales

"Estive com ele poucos dias antes de a tragédia acontecer e ele falou da importância de se presidir a Assembleia"



HILDA CABAS, chefe do cerimonial do governo

"Rita era uma menina quando chegou aqui. Tenho carinho especial por ela e uma lembrança maravilhosa do Camata"



ADILSON ESPINDULA (PTB), deputado estadual

"Camata desbravou o interior, abriu novas estradas, asfaltou os principais acessos às sedes dos municípios"

### Justiça nega soltura de acusado

O Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES) negou ontem mais um pedido de habeas corpus em favor de Marcos Venício Moreira Andrade, acusado de porte ilegal de arma e do homicídio qualificado de Gerson Camata.

O relator, desembargador Sérgio Bizzotto, ressaltou que a decisão está fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, tendo em vista a gravidade dos crimes.

**KENNEDY**

A decisão da sexta turma foi por unanimidade

# Amanda Quinta, prefeita afastada, deixa a prisão

A prefeita afastada de Presidente Kennedy, Amanda Quinta Rangel, deixou o Centro Prisional Feminino de Cachoeiro de Itapemirim ontem, por volta das 17h00. Ela conseguiu habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ), nesta terça-feira (17), e vai responder em liberdade o processo que a levou à cadeia, em flagrante por receptação de suborno, em maio deste ano. A decisão da sexta turma foi por unanimidade.

Ela, no entanto, não volta ao cargo enquanto as investigações estiverem em andamento. O STJ determinou ao Tribunal de Justiça que imponha medidas cautelares, dentre as quais devem estar, obrigatoriamente o seu afastamento das funções na Prefeitura e não manter contato com

servidores. Outras poderão ser acrescidas pela corte capixaba.

Os ministros do STJ entenderam que apesar do flagrante, a prefeita não usou violência e, por isso, não será necessário mantê-la presa, bastando, entretanto, com medidas cautelares, impedi-la de interferir nas investigações.

Ela é acusada pelos crimes de organização criminosa, de responsabilidade, corrupção passiva e ativa, e falsidade documental.

Em 8 de maio, a prefeita, seu companheiro José Augusto, empresário do serviço de limpeza urbana e seu motorista (também sócio) foram flagrados na casa do casal, onde, supostamente, seria distribuída propina pelo empresário que chegou com R\$ 33 mil ao local, em uma

Arquivo FATO



**Ela, no entanto, não volta ao cargo enquanto as investigações estiverem em andamento e nem poderá fazer contato com servidores, de acordo com definição dos ministros**

mochila. No local, também foram apreendidas armas.

A visita e a presença dos dois empresários investigados em Presidente Kennedy foram monitoradas desde o dia 6 de maio pela polícia,

que efetuou as prisões em flagrante na casa da prefeita.

A defesa, no entanto, alega que não houve crime e que, no momento da prisão, ela e o empresário sequer estavam no mesmo cômodo da casa.

# Mais de 70 audiências concentradas são realizadas em Linhares

A 2ª Vara Criminal realizou audiências concentradas para analisar processos de internos.



A ação analisou processos administrativos de internos dentro do ônibus estacionado na Penitenciária Regional de Linhares.

+

DIVULGAÇÃO

A 2ª Vara Criminal – Privativa das Execuções Penais da Comarca de Linhares realizou nesta semana, nos dias 10, 11 e 12 de setembro, audiências concentradas na Penitenciária Regional de Linhares, para analisar processos administrativos de internos. Ao todo foram realizadas 73 audiências, pela titular da 2ª Vara Criminal, a juíza Valeska Mesquita Pessotti Basseti, em um ônibus da justiça comunitária, estacionado na unidade penal.

Ao final dos trabalhos, a juíza Valeska Basseti destacou que estava muito feliz com os resultados alcançados e agradeceu a todos que se empenharam durante as atividades das audiências concentradas.

A realização de audiências concentradas nas unidades prisionais faz parte do plano de trabalho do 1º Mutirão Carcerário Eletrônico, que acontece de forma piloto no Espírito Santo, neste mês de setembro. A iniciativa é uma das ações do Programa Justiça

Presente, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Seguindo as diretrizes do CNJ, a coordenação local do mutirão carcerário, representada pela juíza Graciela de Rezende Henriques, realizou visitas a diversas Varas de Execução Penal do estado propondo, além de audiências concentradas, a realização de outras práticas para conferir maior celeridade aos processos.

+



## Rodada de conversa

\*\* Servidores, magistrados e estagiários do Poder Judiciário vão participar da 5ª edição da Roda de Conversa, do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, com o tema **“Um olhar para si mesmo. Você já se olhou no espelho hoje?”**. Será no dia 27, no Salão Pleno do Tribunal de Justiça.

# Polícia caça suspeita de comandar imobiliária do tráfico em Vitória

Uma imobiliária que negocia imóveis "decorados" com armas e drogas como maconha e cocaína. Administrada por Jennifer Correia Serafim, 26 anos, a imobiliária dos traficantes do Primeiro Comando de Vitória (PCV) atua em todo o Complexo da Penha, na Capital.

Investigações da polícia apontam que Jennifer é a responsável por operar o esquema que autoriza moradores a ocuparem imóveis com a condição de armazenar armas, drogas e ainda anunciar a chegada de policiais nos bairros da Penha, Bonfim, São Benedito, Consolação, Gurigica e Itararé.

> Poder de fogo de traficantes conta com fuzil, pistola e até dinamites

De acordo com as apurações, Jennifer determina quem ocupa os imóveis, o tipo de material que o inquilino vai armazenar e por qual período. Quem concorda com o contrato, não precisa pagar o aluguel. O morador que desrespeita as determinações da organização pode sofrer punições como advertências e até a expulsão do bairro.

Contra ela, há mandado de prisão preventiva expedido no dia 3 de dezembro de 2018 por organização criminosa e tráfico de drogas. O processo tramita em segredo de Justiça na 6ª **Vara Criminal de Vitória**.

## MEMBROS COM MANDADOS DE PRISÃO

De acordo com a polícia, o PCV é liderado por Carlos Alberto Furtado da Silva, o Beto, que está preso na Penitenciária de Segurança Máxima II, em Viana. Detido desde 2013, Beto lidera a organização criminosa que domina o Complexo da Penha.

> Polícia fecha cerco contra traficantes que dominam o Complexo da Penha

As investigações apontam que, do lado de fora, a facção está sob o comando de Fernando Moraes Pereira, o Marujo, de 26 anos. Assim como Marujo, os comparsas Geovani Andrade Bento, o Vaninho, 24, Jaderson Barbosa Alves, o Mala Velha, 29, e Carlos André Mendonça de Jesus, André Capeta, 20, tem mandado de prisão expedidos pela Justiça.

Com o objetivo de dominar territórios e controlar o

tráfico de drogas em mais comunidades, o PCV criou o Trem Bala, braço armado da facção. De acordo com a polícia, o grupo é apontado como responsável por envolvimento em assassinatos e ataques a grupos rivais.

> Ordem de presídio levada por advogado resultou em morte no ES

## CONHEÇA OS PROCURADOS DO PCV

**Site:**

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/09/policia-caca-suspeita-de-comandar-imobiliaria-do-traffic-em-vitoria-1014199062.html>

# Advogado é réu junto com mais três clientes em caso de assassinato

Três clientes do advogado criminalista Frank William de Moraes Leal Horácio também são réus na mesma ação penal em que ele responde por homicídio qualificado por motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa da vítima.

Entre os clientes está a única liderança ainda foragida do Primeiro Comando da Capital (PCV), Fernando Moraes Pereira Pimenta, o Marujo, 27 anos. De acordo com as apurações da Delegacia de Homicídios e Proteção (DHPP) da Serra, Marujo autorizou que a execução da vítima, Fernando Monteiro Telles, ocorresse no Bairro da Penha, Vitória. Ele ainda participou do assassinato e ordenou que o corpo fosse retirado do local para dificultar as investigações e tirar o bairro do foco da polícia.

> Bairro da Penha: quem é quem em trama de vingança que terminou em morte

Um outro cliente de Frank era o mandante do crime e de quem ele trouxe a ordem para execuções. O detento Ícaro Santana Soares, o Icrinho, de 25 anos, deu a ordem para matar a esposa e o amigo Fernando Monteiro Telles.

O outro cliente que virou réu era Filipe Santana Pereira, responsável por participar da execução e transportar comparsas de Serra Dourada para o Bairro da Penha no dia do crime.

## DEFESA

Para o advogado de defesa de Frank, Walas Paiva Espindola, a prisão prejudicou todo o processo, inclusive a defesa dos demais acusados. Os fatos imputados ao doutor Frank são precoces. Dentro do processo, o advogado defendia outras pessoas envolvidas. Ele tem uma carreira ilustre. O que está sendo imputado a ele é uma forma de expor a advocacia criminal e não há nenhuma prova objetiva", pontuou.

> Bairro da Penha: Entreguem meu corpo para minha mãe, disse vítima

Ao todo, 10 pessoas foram indiciadas pela Polícia Civil, inclusive o advogado Frank Willian, pelo crime de homicídio qualificado. Considerando os autos do processo, o **Ministério Público** denunciou todos,

denúncia a qual foi recebida pela Justiça, tornando-os réus dos crimes.

Esta semana, Espindola deve entrar com o pedido de liberdade junto à **Vara Criminal de Vitória**.

## ÁUDIO

Na coletiva do caso, o delegado Rodrigo Sandi Mori, da DHPP Serra, afirmou que as investigações levantaram um áudio do advogado Frank Willian em que ele conta detalhes do inquérito para familiares dos investigados, inclusive sugerindo nomes de pessoas que poderiam ser as testemunhas sigilosas.

No dia seguinte que o advogado repassou o áudio, a casa da pessoa que ele indicou como testemunha foi depredada. "Ele ultrapassa os limites de atuação da advocacia e passa a atuar em conjunto com criminosos a partir do momento em que trás uma ordem pra matar de dentro do presídio; escreve uma carta de próprio punho a pedido do mandante e colocou em risco a vida de testemunhas ouvidas no inquérito policial", afirmou o delegado durante a coletiva de imprensa.

> Bairro da Penha: veja a carta escrita por advogado a mando de bandido

Já a defesa alega que Frank não sugere no áudio que haja represália contra as testemunhas. "Doutor Frank supõe no áudio quem seriam as testemunhas sigilosas. É muito subjetivo falarmos que a casa de uma pessoa foi destruída por este motivo. Não há, em nenhum momento do áudio, qualquer tipo de comando ou ação para destruir casa de alguém", alegou.

Já sobre a carta que Frank escreveu à pedido de Ícaro, detento da penitenciária de Guarapari, Espindola ressaltou que "a única carta que tem no processo é de um rompimento de relacionamento".

## Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/09/advogado-e-reu-junto-com-mais-tres-clientes-em-caso-de-assassinato-1014199082.html>

# Casagrande sai em defesa de Majeski em briga com MPES: "Inviolável"

VITOR VORGAS

Publicado em 19/09/2019 às 05h56

Atualizado em 19/09/2019 às 07h51

Pela primeira vez, o governador Renato Casagrande fez uma fala enfática em defesa do deputado estadual Sergio Majeski, do seu partido, o PSB, no caso em que o procurador-geral de Justiça, Eder Pontes, cogita ingressar com ação penal contra Majeski na Justiça por crime contra a honra, em razão de críticas feitas pelo deputado a um projeto do **Ministério Público** Estadual (MPES).

Para Casagrande, "o parlamentar é inviolável na sua manifestação."

"Primeiro, é preciso respeitar as instituições, tanto a Assembleia como o **Ministério Público**. O **Ministério Público** tem que tomar a decisão que achar que deverá tomar. E o parlamentar é inviolável na sua manifestação. Acho que, se o **Ministério Público** se sentiu ofendido, é natural que ele possa entrar. Mas o parlamentar também tem o direito de se expressar."

Perguntamos, então, a Casagrande, se o mesmo raciocínio se aplicaria ao caso do deputado estadual Capitão Assumção, que, no dia 11 de setembro, ofereceu dinheiro, da tribuna da Assembleia, a quem matar a pessoa que assassinou uma jovem naquele dia, em Cariacica.

Segundo Casagrande, são situações bem diferentes.

"O parlamentar tem o direito de se expressar politicamente. Outros tipos de pronunciamento que levam à indução de um rompimento legal têm diferença nisso que estou falando."

## ENTENDA O CASO

No dia 17 de julho, em entrevista ao "Bom Dia ES", Majeski criticou o projeto de autoria de Eder Pontes, aprovado na véspera na Assembleia Legislativa, que permitiu ao MPES criar até 307 cargos comissionados. Disse que a aprovação teria sido uma "troca de gentilezas" entre as cúpulas da Assembleia e do MPES.

Pontes, então, ingressou com uma "interpelação judicial criminal" em face de Majeski, no **Tribunal de Justiça do Estado (TJES)**. Na prática, ele pediu à Justiça estadual para cobrar explicações de Majeski, em juízo. Em suas alegações, o deputado disse não ter cometido crime e que sua declaração é protegida pela imunidade parlamentar para exprimir suas opiniões.

Nesta terça-feira (17), o desembargador substituto Délio José Rocha Sobrinho devolveu ao MPES os autos desse processo, com a resposta de Majeski. De posse dos autos, cabe a Eder Pontes decidir se ajuizará ou não uma ação penal no **TJES** contra Majeski, por crime contra a honra (calúnia, injúria, difamação).

## SÓ PARA LEMBRAR

Tanto Majeski como Assumção respondem a processos por possível quebra de decoro parlamentar no âmbito da Corregedoria da Assembleia. O de Majeski, assinado por um cidadão de nome desconhecido, foi encaminhado pelo MPES. Sobre a fala de Assumção, o MPES, pelo que consta, não tomou nenhuma providência legal até o momento.

## Site:

[gazetaonline.com.br/opiniao/colunas/praca\\_oito/2019/09/casagrande-sai-em-defesa-de-majeski-em-briga-com-mpes--inviolavel-1014199226.html](http://gazetaonline.com.br/opiniao/colunas/praca_oito/2019/09/casagrande-sai-em-defesa-de-majeski-em-briga-com-mpes--inviolavel-1014199226.html)

# Veja depoimentos das vítimas ocultas da violência no RJ

**Por Por Felipe Grandin e Patricia Teixeira, G1 Rio**

A cada dia, quase 800 pessoas são afetadas por homicídios de familiares e pessoas próximas no país.

O Rio de Janeiro lidera o ranking com maior número de vítimas ocultas: 92 por dia.

Reportagem especial do G1 ouviu relatos de parentes de algumas vítimas da violência.

No vídeo abaixo você acompanha as histórias de alguns desses brasileiros.

- Renata Vieira da Cruz: irmã de Vagner Vieira da Cruz, policial morto durante confronto com traficantes na UPP Vila Cruzeiro, em fevereiro de 2014

Renata Vieira da Cruz: irmã de Vagner Vieira da Cruz, morto durante confronto com traficantes na UPP Vila Cruzeiro, em fevereiro de 2014. - Foto: Marcos Serra Lima

Depois da morte do meu irmão, minha família acabou. Porque meu pai, em decorrência da morte do meu irmão, ficou com depressão e faleceu 5 meses depois. Minha mãe ficou com problema de saúde sério, e a filha do meu irmão, hoje com 13 anos, faz tratamento com psicólogo.

A morte do Vagner me impactou muito, porque tive que abrir mão da minha própria vida em função da vida dos meus pais e da minha sobrinha. Tive que mudar tudo. Saí do trabalho, tranquei a faculdade. Minha família foi impactada psicologicamente, financeiramente. A estrutura toda muda, né?

No IML, não tive nenhum apoio. Lá, não tem estrutura nenhuma, fiquei muito tempo aguardando, ainda tem a entrevista que a gente passa com a Polícia Civil, um momento doloroso.

O sepultamento de um policial tem salva de tiros, palavras bonitas, mas depois que acaba é que vem o pior, a burocracia, as documentações. E a gente não tem ajuda para nada. Tive que abrir mão das minhas próprias dores para socorrer a minha família que ficou.

Vagner Vieira da Cruz, policial morto durante confronto com traficantes na UPP Vila Cruzeiro, em fevereiro de

2014

Rosana Oliveira: tia de Paloma Santos, vítima de feminicídio morta na frente dos filhos em 2017 - Foto: Marcos Serra Lima

- Rosana Oliveira: tia de Paloma Santos, vítima de feminicídio que foi morta na frente dos filhos em 2017

Minha sobrinha que criei desde pequena foi morta brutalmente pelo companheiro, quando tinha nove dias morando com ele. Ele assassinou ela na frente dos dois filhos, o mais velho tinha apenas 5 anos.

Já se passou um ano e pouco, e eu não só perdi ela, perdi os filhos dela que eu que criava também, porque o pai biológico, por direito, pegou a guarda, e ele quem cria agora. Eu não tenho mais o contato de todos os dias, não estou acompanhando crescimento, não vejo estudando. Foram arrancados de mim. Além de perder a Paloma, perdi também os filhos dela, de quem sempre cuidei.

Minha saúde também sofreu. Tenho asma grave e eu comecei a ter crises respiratórias fortes, manchas no meu corpo, coceira. A minha própria pneumologista falou que era o meu emocional, porque o meu emocional ficou muito abalado, eu não dormia direito, chorava muito. Porque a Paloma não estava ali, nem eles [os filhos da vítima] estavam.

O filho dela viu todo o crime. Me lembro que, quando fui buscar ele na delegacia, ele já tinha contato com detalhes tudo que tinha acontecido para o delegado, depois repetiu pra mim. Só tinha cinco anos. Ele ficou com problema pra dormir, ficava repetindo o que havia acontecido com ela. Depois de alguns meses, a professora veio me contar que ele também contou pra ela.

E ele falou assim para mim: Vó, eu nunca vou esquecer o que aconteceu com a minha mãe e eu nunca vou esquecer o que aquele homem fez pra minha mãe. É triste demais.

Minha família não é muito grande, então posso dizer que todos nós sofremos com esse homicídio. O pai da Paloma há pouco tempo teve princípio de infarto, ele também estava comigo no necrotério, também viu ela daquele jeito.

Fomos ao IML no dia seguinte para fazer reconhecimento. Trabalho em hospital, já vi vários corpos, mas eu nunca vi nada do jeito que vi a minha sobrinha. Imaginei facada, tiro, jamais imaginei que eu ia encontrar a cena que encontrei, o corpo dela do jeito que ficou, você não imagina que uma única pessoa pudesse fazer aquilo. Muita brutalidade. Foi muito traumatizante pra mim.

A minha mãe, junto com meu pai, fez tudo por ela quando ela nasceu. De repente, ver a neta dela dentro daquele caixão, um sepultamento de caixão fechado, porque não tinha como deixar aberto, o corpo estava muito feio.

Hoje, eu vivo com medo, muito medo. Tenho medo de o assassino conseguir pegar uma pena menor, vir nos procurar quando sair, porque ele era uma pessoa próxima da nossa família.

A gente deveria ter mais apoio psicológico. Graças a Deus, a minha família não precisa de ajuda financeira, mas o psicológico ficou muito abalado, o emocional. A gente deveria ter um apoio, e isso a gente não teve de ninguém. A gente teve que dar nosso jeito. Uns se agarraram ao trabalho, outros à bebedeira, outros ficaram isolados.

Deize Carvalho: mãe de Andreu Luiz Carvalho, jovem infrator morto no Degase em 2008 - Foto: Marcos Serra Lima

- Deize Carvalho: mãe de Andreu Luiz Carvalho, jovem infrator morto no Degase em 2008

Há 11 anos, meu filho sofreu uma sessão de tortura e morreu. Desde então, aguardo por justiça, porque os réus, seis agentes do Degase, ainda não foram condenados. Tive que ir sozinha em busca de provas para que o **Ministério Público** pudesse fazer denúncia e eu pedir a exumação do corpo do Andreu.

A morte dele foi dolorosa, mas o pior momento da minha vida foi a exumação, quando vi a crueldade que fizeram com ele. Fiquei ao longo de cinco meses sem conseguir dormir, após o crime. Minha saúde nunca mais foi a mesma. Hoje, sou totalmente dependente química, por causa de remédios, até de tarja preta. Tomo remédio para o coração, hipertensão, diabetes tipo 2, para dormir, e tenho crises de ansiedade.

Meu filho estava no Degase, nos braços do Estado. E o próprio Estado matou o meu filho. E esse próprio Estado não fez justiça pelo que aconteceu. Se meu filho cometeu um ato infracional, ele deveria pagar dentro da lei, e não pagar com a própria vida.

Não mataram somente o Andreu, mataram toda a família do Andreu. Quando tiraram a vida dele, no dia 1º de janeiro de 2008, tiraram também o sonhos dos irmãos dele, meus sonhos. Todos os meus três filhos tiveram que fazer tratamento psicológico, minha filha tentou suicídio três vezes, porque Andreu tinha figura de pais para eles.

Emagreci mais de 20 kg, porque não tinha força para comer, só bebia água. Também não comemoramos mais Natal, Dia das Mães, não temos o que comemorar.

No momento, não tenho paz. Inadmissível a gente ter que provocar o sistema judiciário para se ter justiça. No IML, não deixaram eu ver o corpo do meu filho. Um desembargador conhecido do meu cunhado que precisou intervir, e só assim consegui um laudo favorável, dizendo o que havia acontecido com meu filho. Mesmo assim, o legista foi omissivo em muitas coisas.

Demorei três anos para conseguir uma resposta sobre o que foi feito com as roupas do meu filho, que queimaram para ocultar provas.

Tive que me mudar de comunidade, porque minha família estava sendo ameaçada por policiais, pois passei ajudar pessoas que sofreram perdas parecidas com a minha, envolvendo agentes de segurança.

Nós somos discriminadas, porque somos a mãe do ladrão, do bandido, mas mãe nenhuma gera um filho para ser um marginal. Mãe nenhuma quer ir pra delegacia para sofrer maus-tratos, como eu sofri. Muitas mães adoecem e morrem. Eu não quero ser mais um corpo tombado.

Andreu Luiz Carvalho, jovem infrator morto no Degase em 2008 - Foto: Reprodução

O que dizem os citados

O Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase) informa que os agentes citados por Deize foram acusados, mas não ainda condenados pela Justiça. O órgão diz ainda que eles trabalham em funções administrativas, sem contato com os adolescentes.

O Tribunal de Justiça informou que o processo está em trâmite na 4ª **Vara Criminal**, na fase de realização de audiências para instrução, com depoimentos de testemunhas. Conforme consta da movimentação do processo, o pedido de prisão foi indeferido ainda no recebimento da denúncia contra os acusados.

A Polícia Civil foi procurada para comentar as

acusações de falta de estrutura, tempo de espera e maus-tratos nas delegacias e no IML, mas não retornou até a publicação da reportagem.

**Site:** <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/19/veja-depoimentos-das-vitimas-ocultas-da-violencia-no-rj.ghtml>

# Siamesa

## **ALEX PANDINI**

Já em Itapemirim, fonte da coluna diz que Norma aposta em Antônio Rocha (Progressistas) para fazer frente ao atual prefeito, Thiago Peçanha (PSDB). E trabalha um nome para vice, que estaria entre o vereador Fábio Dagata (PSL) e o ex-secretário de Saúde, Alex Wingler.

## Vicente em Linhares

Fonte da coluna disse que o Progressistas (antigo PP) está firme no propósito de ter cabeça de chapa em Linhares, no norte do ES. Na última terça (17), o presidente estadual da sigla, Marcus Vicente, foi à cidade convidar o vereador Jean Menezes (PRB) para se filiar ao partido e virar um dos preferidos para a disputa.

## Outro nome

Segundo a fonte, outro nome forte é o do produtor rural Antônio Roberte, presidente do Progressistas em Linhares. Em 2014, ele disputou a Câmara dos Deputados e, em 2016, foi vice na chapa para a prefeitura, encabeçada pela ex-deputada estadual Eliana Dadalto.

## Mulher

A Assembleia aprovou, nesta quarta (18), projeto de lei de autoria da deputada Janete de Sá (PMN) que veda o uso de recursos públicos para contratar espetáculos que desvalorizem ou exponham mulheres a situação de constrangimento, incitem a violência ou manifestem homofobia e discriminação racial.

## MPES

Em resposta à coluna de ontem, a assessoria do **Ministério Público** do Espírito Santo entrou em contato para dizer que não houve "nocaute" do Tribunal de Justiça no MPES, e que "o trâmite normal da interpelação judicial é esse". Disse também que o procurador-geral de Justiça, Éder Pontes, não se sentiu ofendido pelas críticas de Majeski. O que houve, segundo a assessoria, é que Majeski aventou a possibilidade de um crime, e só foi interpelado "para que esclarecesse se realmente houve crime e como ele se deu". Com a devolução da interpelação, cabe agora ao MPES decidir se abre ação por calúnia e difamação contra Majeski.



**Site:**

***[folhavoria.com.br/politica/blogs/bastidores/2019/09/contrato-de-municipios-contestado-no-tribunal-de-contas/](http://folhavoria.com.br/politica/blogs/bastidores/2019/09/contrato-de-municipios-contestado-no-tribunal-de-contas/)***

# Justiça nega liberdade para assassino de Gerson Camata no ES

*Por Redação*

A 2ª Câmara Criminal do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, em sessão realizada nesta quarta-feira (18), negou mais uma vez o pedido de habeas corpus em favor de Marcos Venício Moreira Andrade, acusado de matar o ex-governador do Estado, Gerson Camata. O crime ocorreu no dia 26 de dezembro de 2018, no bairro Praia do Canto, em Vitória.

Segundo a Justiça, o advogado de Marcos Venício defendeu que a prisão preventiva era desnecessária. "O réu contribuiu para a instrução penal, não possui antecedentes. Pelo que consta, o fato em apuração é o único registro que poderia macular sua conduta", argumentou a defesa.

O relator do processo, desembargador **Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça**, ao negar o habeas corpus, ressaltou que a decisão está devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, por causa da gravidade do crime.

Fonte: Tribunal de Justiça do ES

**Site:**

<https://www.folhadoes.com/noticia/judiciario/55457/justica-nega-liberdade-assassino-gerson-camata-no-es>

# Amanda Quinta deixa prisão mas continua afastada da Prefeitura de Presidente Kennedy (Política Regional)

Amanda Quinta (PSDB), prefeita afastada de Presidente Kennedy, deixou o Centro de Detenção Provisória Feminino (CDPFem), em Cachoeiro de Itapemirim, na tarde desta quarta-feira (18), por volta das 17h.

Amanda foi presa no dia 8 de maio, durante a Operação Rubi, deflagrada pelo **Ministério Público**, que apurou esquema de fraude em licitações e pagamento de propina em Kennedy, Marataízes, Jaguaré e Piúma.

Mesmo com o alvará de soltura expedido pelo **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, a Chefe do Executivo deve cumprir várias restrições, entre elas a de ficar, pelo menos, 100 metros de distância da prefeitura, proibição de utilizar qualquer bem relativo ao cargo, não manter contato com os envolvidos na operação, não ficar fora de casa de 22h às 6h, e deverá comparecer mensalmente ao juízo para informar e justificar suas atividades. Ela também está proibida de se ausentar do município onde mora por mais de cinco dias, salvo quando autorizada pela Justiça.

A soltura foi decisão unânime do Superior Tribunal de Justiça (**STJ**) na última terça (17), após pedido de habeas corpus, feito pelo advogado Altamiro Thadeu Sobreiro, que também defende o noivo de Amanda, José Augusto, secretário de Desenvolvimento Econômico de Kennedy, preso no mesmo dia em que a companheira e levado para o Centro de Detenção Provisória de Cachoeiro de Itapemirim.

O ministro Antônio Saldanha Palheiro, relator do caso, decidiu substituir a custódia preventiva por medidas cautelares. Amanda Quinta fica afastada, porém, continua recebendo salário. Em quanto isso, quem assume a prefeitura é Dorlei Fontão (PSD), vice-prefeito do município.

**Site:** <https://www.aquinoicias.com/2019/09/amanda-quinta-deixa-prisao-mas-continua-afastada-da-prefeitura-de-presidente-kennedy/>

# Trecho da 2ª Ponte recebe o nome do ex-governador Gerson Camata (Política)

Gerson Camata dedicou cerca de 40 anos de sua vida à política capixaba. Como senador e governador trabalhou com projetos estruturantes no Estado. Foi responsável pela ligação de diversas estradas, além de ter deixado sua marca em obras importantes para o Espírito Santo como o Tancredão, Sambão do Povo e Terceira Ponte. Para eternizar seus feitos, foi sancionado nesta quarta-feira (18), no Palácio Anchieta, a Lei 11.040/2019 que renomeia a Segunda Ponte. O ex-governador foi brutalmente assassinado em dezembro de 2018.

Entre familiares, políticos e amigos, estiveram presentes ao evento, Rita Camata, esposa de Gerson, o governador Renato Casagrande, o deputado estadual Marcelo Santos, demais deputados, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado (TRE-ES) Ronaldo Gonçalves, o presidente do **Tribunal de Justiça do Estado** (TJ-ES) Sérgio Gama, secretários de Estado, vereadores, o prefeito de Marilândia Geder Camata e amigos.

A minha única palavra é gratidão! Agradeço pelo carinho recebido durante os 270 dias da ausência de Gerson. É uma dor muito grande, eu não tinha ideia de como seria difícil essa falta. A ausência vai ser preenchida com a chegada de netos, família e amigos que têm sido maravilhosos. Hoje fiz questão de vir agradecer. Onde quer que ele esteja, tenho certeza que está bem, em paz, sabendo do legado que aqui deixou, de uma pessoa íntegra, honesta, sempre muito alegre. Vejo uma simbologia nesta homenagem, a ponte ligando a ilha ao continente. Ela traduz um pouco o grande esforço que ele fez como governador, conectando todos os municípios do Estado à capital. Esse foi um grande legado, relatou a ex-deputada federal Rita Camata.

A proposta foi feita pelo deputado Marcelo Santos e aprovada na Assembleia Legislativa por unanimidade. É importante fazer esse registro, pois nós sabemos a história de Camata, mas ela tem que ser eternizada por tudo que ele fez como bom deputado estadual, senador e governador que foi, afirmou Marcelo Santos.

O deputado lembrou ainda sobre a personalidade do ex-governador. Uma figura muito engraçada, conhecido como um homem de paz e muito conciliador!

Durante a sanção da Lei, o governador Renato Casagrande também lembrou do legado deixado por Camata. Foi um grande construtor de rodovias em nosso Estado, fez muitas obras durante seus mandatos. Um símbolo da política, se manteve muito querido pela população. A história está marcada. Mesmo não estando mais entre nós, será sempre uma grande referência. Seu talento para agregar, em um momento em que a sociedade se divide tanto, ter a lembrança de uma pessoa que conseguiu aglutinar de forma eficaz esse Estado merece ser lembrada, disse o chefe do Poder Executivo capixaba.

O presidente da Assembleia, Erick Musso, falou sobre o gesto de homenagear o ex-governador. Não poderia deixar passar em branco. Um gesto do Marcelo com apoio dos deputados. Esse é o modo de prestar essa merecida homenagem ao nosso governador Gerson Camata, disse.

## História

Como político, Gerson fazia questão de reforçar seu apoio à agricultura e ao homem do campo, através do desenvolvimento de projetos de eletrificação e telefonia rural; construção de estradas ligando as sedes dos municípios; construção de escolas; e assentamento de agricultores sem-terra. Feitos lembrados pelo presidente do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, desembargador Sérgio Gama. Sou alegre e foi o então governador Gerson Camata que levou toda a edificação rural e colaborou para escoamento da produção agrícola. Um homem admirável que significou muito para o capixaba. Sem inimigos e que por onde passava, espalhava alegria e otimismo, uma pessoa extraordinária.

Sem nunca perder uma eleição, Camata atuou como vereador deputado federal, governador e por três vezes senador.

Melhor governador que esse Estado já teve em um período de dificuldades, sendo o primeiro governador eleito no nosso estado no período da redemocratização do país. Me recordo que quando ocorreu essa violência eu não estava aqui, e, refletindo muito, apresentei um projeto de homenagem à este grande homem. Falar de Camata aqui é só falar de coisa boa. Deixo meu muito obrigado ao Camata que

fez história neste Estado, história que a história já está contando , finalizou Marcelo.

**Site: <http://www.jornalfato.com.br/politica/lei-que-da-nome-de-gerson-camata-a-2-ponte-e-sancionada,320189.jhtml>**

# Foragido da Justiça há mais de 5 anos é preso pela PRF na BR 262 (Notícias)

*Da Redação Do Jornal A Ilha*

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) prendeu na madrugada desta quinta-feira (19), na BR 262, em Cariacica/ES, homem com mandado de prisão em aberto.

Durante desenvolvimento de atividades da Operação em Frente Brasil, que reforça o policiamento ostensivo no município de Cariacica, agentes abordaram no Km 02 da BR 262, em Jardim América, uma motocicleta Yamaha YBR com um ocupante. Em consulta aos sistemas policiais, equipe verificou em desfavor do condutor um mandado de prisão em aberto pelo crime de homicídio, expedido há mais de cinco anos pela 4ª **Vara Criminal** de Vila Velha.

Diante dos fatos, foi dada voz de prisão ao condutor, sendo este encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Cobilândia para os procedimentos cabíveis. O veículo foi encaminhado ao pátio credenciado do Detran por estar com o licenciamento vencido.

Com informação / Núcleo de Comunicação da PRF-ES

**Site:** <http://jornalailha.com.br/2019/09/19/foragido-da-justica-ha-mais-de-5-anos-e-presos-pela-prf-na-br-262.html>

# Justiça nega mais um Habeas Corpus ao acusado de matar Gerson Camata (Notícias)

*Da Redação Do Jornal A Ilha*

A 2ª Câmara Criminal do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, negou, nesta quarta-feira (18), mais um pedido de habeas corpus de Marcos Venício Moreira Andrade, acusado o ex-governador do Estado, Gerson Camata.

A defesa de Marcos Venício pediu medidas cautelares em substituição à prisão preventiva, vista como desnecessária. "O réu contribuiu para a instrução penal, não possui antecedentes. Pelo que consta, o fato em apuração é o único registro que poderia macular sua conduta", argumentou o advogado.

O relator do processo, desembargador **Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça**, ao negar o Habeas Corpus, ressaltou que a decisão está devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, tendo em vista a gravidade dos crimes.

"[...] O paciente praticou um homicídio em via pública e em horário de grande movimentação de pessoas, que também ficaram expostas ao risco de serem atingidas pela ação criminosa, de modo que sua soltura pode ensejar risco à incolumidade social".

O desembargador relator ainda afirmou que a liberdade de Marcos Venício representaria risco à instrução criminal e à aplicação da lei penal.

"[...] Observa-se que o crime teria sido motivado por divergências quanto a dívidas indenizatórias do paciente para com a vítima, impostas em sentença judicial, o que denota, além da motivação torpe, que o paciente possui histórico de não se resignar com decisões judiciais em seu desfavor, a ponto de valer-se do uso da violência extrema", justificou.

Quanto à alegação de que o acusado não possui antecedentes, o desembargador Sérgio Bizzotto destacou que o Superior Tribunal de Justiça (**STJ**) já estabeleceu que condições favoráveis a ele, entre elas ser réu primário e possuir residência fixa. E que ambas não são impeditivas da prisão cautelar.

O procurador de justiça que se manifestou no processo, Sócrates de Souza, concedeu parecer também a favor da manutenção da prisão preventiva, acompanhado, pelos demais membros da Câmara,

desembargadores Adalto Dias Tristão e **Fernando Zardini Antonio**.

Com Informações: ES Hoje

**Site:** <http://jornalilha.com.br/2019/09/19/justica-nega-mais-um-habeas-corpus-ao-acusado-de-matar-gerson-camata.html>

# Prefeita sai da cadeia, mas não pode entrar na prefeitura de Kennedy (Última Hora)

**Leandro Moreira**

A prefeita afastada de Presidente Kennedy, Amanda Quinta (PSDB), deixou o Centro Prisional Feminino, em Cachoeiro de Itapemirim, na quarta-feira (18), por volta das 17h. Ela estava presa desde o dia 8 de maio, alvo da operação Rubi, que apurou esquema de fraude em licitações e pagamento de propina na cidade.

Apesar do alvará de soltura expedido pelo **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, existem várias restrições, entre elas a de ficar, pelo menos, 100 metros de distância da prefeitura. Há proibição de utilizar qualquer bem relativo ao cargo.

Amanda também não poderá ficar fora de casa no período noturno, de 22h às 6h; deverá comparecer mensalmente ao juízo para informar e justificar suas atividades e segue proibida de se ausentar da comarca onde mora por mais de cinco dias, salvo quando autorizada judicialmente.

Salário

A soltura foi decisão unânime da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (**STJ**) na terça (17), após pedido de habeas corpus. O ministro Antônio Saldanha Palheiro, relator do caso, resolveu substituir a custódia preventiva por medidas cautelares. Amanda Quinta fica afastada, porém, continua recebendo salário.

**Site:** <http://emoffnoticias.com.br/prefeita-sai-da-cadeia-mas-nao-pode-entrar-na-prefeitura-de-kennedy/>



# Projeto que apoia retorno de egressos do sistema prisional à sociedade é expandido no Brasil

O **Escritório Social**, que aposta na articulação entre Executivo, Judiciário e sociedade civil organizada para qualificar o retorno de egressos do sistema prisional à sociedade, chegará a 12 estados brasileiros até o fim deste ano.

Presente no Espírito Santo e no Paraná, o **Escritório Social** reúne em um mesmo local serviços como atendimento psicossocial, saúde, educação e oportunidades de emprego.

Segundo a representante residente assistente do PNUD no Brasil, Maristela Baioni, os programas considerados prioritários pela instituição ganham projeção e interesse de atores nacionais e internacionais.

Foto: **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**

O **Escritório Social**, que aposta na articulação entre Executivo, Judiciário e sociedade civil organizada para qualificar o retorno de egressos do sistema prisional à sociedade, chegará a 12 estados até o fim deste ano .

A expansão e melhoria de fluxos do **Escritório Social** - equipamento fomentado desde 2016 pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** - é uma das ações do programa Justiça Presente, parceria entre o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública para enfrentar problemas estruturais do sistema prisional brasileiro.

Alagoas, Paraíba e Roraima estão em fase final de assinatura de acordos de cooperação técnica e deverão inaugurar Escritórios Sociais em breve. Outras unidades da federação atualmente em fase de articulação são Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Piauí e Tocantins, além dos municípios de Niterói e Maricá, no Rio de Janeiro.

"Este projeto possui uma metodologia inovadora, pensada para ser transversal, e também propõe diálogo e fortalecimento com os demais estados que já possuem alguma metodologia de atenção à pessoa egressa", avalia o coordenador do eixo voltado à

cidadania dentro e fora dos presídios do programa Justiça Presente, Felipe Athayde.

A expansão dos Escritórios Sociais reflete mais preocupação do Judiciário e do Executivo com a consolidação de uma política nacional de atenção aos egressos, uma vez que hoje cada unidade da federação tem ações próprias, muitas vezes desvinculadas de uma política permanente de Estado. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), somente no primeiro semestre de 2017, cerca de 169 mil pessoas saíram do sistema penitenciário.

"Ao descuidar da etapa do retorno da pessoa à sociedade, não raro depois de anos sem vínculo familiar ou social, o Estado acaba desperdiçando os recursos empenhados para mantê-la presa, uma vez que uma reintegração falha abre oportunidade para reincidência", avalia o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Penitenciário do **CNJ**, Luís Lanfredi.

Lançado de forma pioneira no Espírito Santo em 2016, de acordo com o modelo incentivado pelo **CNJ**, o **Escritório Social** busca entender as demandas individuais para a readaptação.

Estudos apontam que o primeiro ano após a saída do sistema prisional é considerado o mais crítico para garantir a reintegração, pois é nesse momento que se acentuam vulnerabilidades como mobilidade, documentação, fragilidade nos vínculos familiares e comunitários, trabalho, moradia, entre outros.

Segundo o modelo proposto pelo **CNJ**, cabe ao Judiciário fomentar e apoiar a sustentabilidade do **Escritório Social**, auxiliando o Poder Executivo na gestão, encaminhamento do público, atendimento e articulação.

O Judiciário pode, por exemplo, destinar recursos de penas pecuniárias para a estruturação do equipamento - a pena pecuniária pune crimes de menor potencial ofensivo com o pagamento em dinheiro e é uma medida alternativa à prisão. Já o Executivo fica responsável por estruturar e promover a

articulação com as demais políticas públicas e sociais, especialmente para assistência social e saúde, além de ceder servidores para atuar no local.

Os Escritórios Sociais foram reconhecidos pelo escritório brasileiro do PNUD como um dos projetos de destaque regional. As ações de fomento e replicação dos Escritórios Sociais fazem parte do Eixo 3 do Justiça Presente, que promove ações de cidadania e garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade e de egressos.

Presente no Espírito Santo e no Paraná, o **Escritório Social** reúne em um mesmo local serviços como atendimento psicossocial, saúde, educação e oportunidades de emprego.

Segundo a representante residente assistente do PNUD no Brasil, Maristela Baioni, os programas considerados prioritários pela instituição ganham projeção e interesse de atores nacionais e internacionais. "Os projetos prioritários são acompanhados de forma próxima e com maior potencial de divulgação nacional e global", observa.

Coordenadora da Unidade de Paz e Governança do PNUD no Brasil, Moema Freire diz que a instituição vê no **Escritório Social** um grande potencial transformador. "Como política pública, a metodologia tem potencial para promoção do desenvolvimento e apresenta aspectos de ponta na inclusão socioeconômica, como o trabalho intersectorial", avalia.

O **Escritório Social** completou, em maio, três anos de funcionamento no Espírito Santo. O atendimento mais qualificado ao egresso por meio do fortalecimento da rede de assistência social e serviços correlatos via parceria entre o Judiciário e o Executivo foi fomentado pelo **CNJ** em 2016 e desenvolvido de forma pioneira no estado, contabilizando mais de 5,5 mil atendimentos desde então.

O projeto oferece uma equipe multidisciplinar que se encarrega de criar um plano de socialização individualizada. A equipe faz os encaminhamentos aos egressos e seus familiares, geralmente em situação de vulnerabilidade social, para serviços de assistência social, psicossocial, qualificação e capacitação, por exemplo. Os contemplados também recebem encaminhamentos profissionais e educacionais, de acordo com as suas necessidades.

Um dos beneficiados pelo projeto foi Adilson Araújo Lima, que deixou a reclusão há quatro anos e atua no **Escritório Social** desde o lançamento. "Já realizei mais de 12 capacitações. Foram cursos de porteiro, auxiliar de serviços gerais, logística, estoquista, garçom básico e avançado, recepcionista, informática.

Voltei a estudar, consegui me recolocar no mercado de trabalho, ou seja, uma mudança completa na minha vida", destaca. Agora, Lima sensibiliza outros egressos a participarem. "Utilizo meu exemplo para conscientizar amigos e desconhecidos a conhecerem essa iniciativa transformadora", destaca.

Após ser orientado na saída do sistema carcerário sobre os serviços do **Escritório Social**, o egresso é recebido no escritório por uma dupla de psicólogos e de assistentes sociais. Nesse primeiro contato, um Plano Individual de Atendimento ao Egresso (PIAE) é elaborado individualmente.

Em julho, o **CNJ** assinou acordo de cooperação técnica com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal para o desenvolvimento de tecnologia inédita de apoio aos egressos do sistema prisional.

Trata-se da versão digital do **Escritório Social**. A ideia é que, após ser testado em formato piloto no Distrito Federal, o **Escritório Social** Virtual seja replicado em todo o país e chegue a um público alvo de quase 200 mil pessoas por ano.

A FAP-DF ficará responsável pelo fomento de soluções tecnológicas para o desenvolvimento do aplicativo, com apoio técnico do **CNJ**, e as secretarias do DF auxiliarão no mapeamento dos egressos e na implementação do programa.

O aplicativo oferecerá serviços de suporte às pessoas egressas e seus familiares, com funcionalidades que permitirão o acesso individual a informações, serviços, orientações e oportunidades de emprego, renda e qualificação.

Além disso, permitirá o envio de mensagens da rede parceira para os usuários e integração com sites especializados em empregos e cursos de qualificação profissional. Também está prevista integração com o Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), ferramenta desenvolvida pelo **CNJ** que centraliza e organiza os dados sobre a execução penal no país. O SEEU contribuirá com informações para o acompanhamento do **Escritório Social**.

Ministro do Superior Tribunal Federal e presidente do **CNJ**, Dias Toffoli explicou que o aplicativo virá na esteira de outras iniciativas do Conselho voltadas à ressocialização, como a expansão do Escritório Virtual físico. O aplicativo permitirá, ainda, a reconfiguração e a maior potencialização do projeto Começar de Novo, primeiro esforço do **Poder Judiciário** em escala nacional para uma política de atenção a egressos.

Por meio do programa Justiça Presente, a metodologia do **Escritório Social** está sendo aprimorada e potencializada. A mobilização de pré-egressos, desenvolvida após estudo de caso no Chile, consiste na mobilização de equipes de atendimento a partir de seis meses antes da soltura ou da mudança de regime.

Essa equipe trabalha na elaboração de um Projeto Singular Integrado, no qual serão mapeadas as necessidades de cada um, como capacitação profissional, educação, atendimento de saúde ou inclusão em programas sociais, por exemplo.

Outra inovação do Justiça Presente é a singularização do atendimento para que o Estado tenha contribuição mais efetiva para o retorno do preso à sociedade após cumprir a pena, apoiando a retomada de vínculos que inibem a volta ao crime. Por fim, o programa fomenta a articulação de redes permanentes de instituições e equipamentos públicos para responder às demandas.

"O referenciamento para a rede de atendimento psicossocial, de saúde e as demais políticas públicas é essencial da metodologia do **Escritório Social**", explica a coordenadora-adjunta do eixo 3 do Justiça Presente, Pollyanna Alves.

"A parceria com equipamentos públicos, como Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Unidade Básica de Saúde (UBS) e albergues, garante que essas pessoas não estarão desassistidas. Atualmente, muitas delas saem sem um vale-transporte ou algum local para ir", explica.

Iniciativa da gestão do ministro Dias Toffoli à frente do **CNJ**, o Justiça Presente coloca o Judiciário como protagonista para enfrentar o estado de crise do sistema penal. O programa resultou de acordo de cooperação técnica firmado em novembro de 2018 entre o **CNJ** e o PNUD, com recursos repassados pelo Ministério da Justiça e de Segurança Pública.

Entre as principais apostas do programa, estão a atuação simultânea em todos os gargalos da execução penal, a customização das atividades de acordo com as necessidades e capacidades de cada Unidade da Federação, e o fortalecimento dos atores locais para garantir a eficácia e sustentabilidade das iniciativas.

**Site:** <https://nacoesunidas.org/projeto-que-apoia-retorno-de-egressos-do-sistema-prisional-a-sociedade-e-expandido-no-brasil/>

# Advogado é réu junto com mais três clientes em caso de assassinato

**Por: Glacieri Carraretto**

Três clientes do advogado criminalista Frank William de Moraes Leal Horácio também são réus na mesma ação penal em que ele responde por homicídio qualificado por motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa da vítima.

Entre os clientes está a única liderança ainda foragida do Primeiro Comando da Capital (PCV), Fernando Moraes Pereira Pimenta, o Marujo, 27 anos. De acordo com as apurações da Delegacia de Homicídios e Proteção (DHPP) da Serra, Marujo autorizou que a execução da vítima, Fernando Monteiro Telles, ocorresse no Bairro da Penha, Vitória. Ele ainda participou do assassinato e ordenou que o corpo fosse retirado do local para dificultar as investigações e tirar o bairro do foco da polícia.

> Bairro da Penha: quem é quem em trama de vingança que terminou em morte

Um outro cliente de Frank era o mandante do crime e de quem ele trouxe a ordem para execuções. O detento Ícaro Santana Soares, o Icrinho, de 25 anos, deu a ordem para matar a esposa e o amigo Fernando Monteiro Telles.

O outro cliente que virou réu era Filipe Santana Pereira, responsável por participar da execução e transportar comparsas de Serra Dourada para o Bairro da Penha no dia do crime.

## DEFESA

Para o advogado de defesa de Frank, Walas Paiva Espindola, a prisão prejudicou todo o processo, inclusive a defesa dos demais acusados. Os fatos imputados ao doutor Frank são precoces. Dentro do processo, o advogado defendia outras pessoas envolvidas. Ele tem uma carreira ilustre. O que está sendo imputado a ele é uma forma de expor a advocacia criminal e não há nenhuma prova objetiva", pontuou.

> Bairro da Penha: Entreguem meu corpo para minha mãe, disse vítima

Ao todo, 10 pessoas foram indiciadas pela Polícia Civil, inclusive o advogado Frank Willian, pelo crime de

homicídio qualificado. Considerando os autos do processo, o **Ministério Público** denunciou todos, denúncia a qual foi recebida pela Justiça, tornando-os réus dos crimes.

Esta semana, Espindola deve entrar com o pedido de liberdade junto à **Vara Criminal de Vitória**.

## ÁUDIO

Na coletiva do caso, o delegado Rodrigo Sandi Mori, da DHPP Serra, afirmou que as investigações levantaram um áudio do advogado Frank Willian em que ele conta detalhes do inquérito para familiares dos investigados, inclusive sugerindo nomes de pessoas que poderiam ser as testemunhas sigilosas.

No dia seguinte que o advogado repassou o áudio, a casa da pessoa que ele indicou como testemunha foi depredada. "Ele ultrapassa os limites de atuação da advocacia e passa a atuar em conjunto com criminosos a partir do momento em que trás uma ordem pra matar de dentro do presídio; escreve uma carta de próprio punho a pedido do mandante e colocou em risco a vida de testemunhas ouvidas no inquérito policial", afirmou o delegado durante a coletiva de imprensa.

> Bairro da Penha: veja a carta escrita por advogado a mando de bandido

Já a defesa alega que Frank não sugere no áudio que haja represália contra as testemunhas. "Doutor Frank supõe no áudio quem seriam as testemunhas sigilosas. É muito subjetivo falarmos que a casa de uma pessoa foi destruída por este motivo. Não há, em nenhum momento do áudio, qualquer tipo de comando ou ação para destruir casa de alguém", alegou.

Já sobre a carta que Frank escreveu à pedido de Ícaro, detento da penitenciária de Guarapari, Espindola ressaltou que "a única carta que tem no processo é de um rompimento de relacionamento".

## Site:

<https://www.noticiaagora.com.br/policia/2019/09/advoga-do-e-reu-junto-com-mais-tres-clientes-em-caso-de-assassinato-1014199082.html>

# Após 4 meses, prefeita afastada de Presidente Kennedy deixa a prisão

TAG: PREFEITA, MINISTRO ANTÔNIO SALDANHA  
PALHEIRO, PRESIDENTE KENNEDY, PAGAMENTO  
DE PROPINA, FRAUDE EM LICITAÇÕES, SUPREMO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/19/TVGAZETAAFGL>**

**[OBOES-06.10.40-06.11.54-1568886114.mp4](#)**

# STJ manda soltar prefeita de Presidente Kennedy que é acusada de corrupção, no ES

TAG: PREFEITA, MINISTRO ANTÔNIO SALDANHA PALHEIRO, PRESIDENTE KENNEDY, PAGAMENTO DE PROPINA, FRAUDE EM LICITAÇÕES, SUPREMO **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**,

**Multimídia:**

[http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/18/190919\\_tvgazeta\\_es1sul\\_tjes\\_sjtmanda.mp4](http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/18/190919_tvgazeta_es1sul_tjes_sjtmanda.mp4)

# Morador de Vilha Velha (ES) será indenizado por operadora de saúde após perder a visão

TAGS: **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ES, 3ª VARA CÍVEL, JUÍZA MARÍLIA BASTOS, PLANO DE SAÚDE**

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/09/19/RDIOJUSTIAFM1047DF-07.32.41-07.33.57-1568906748.mp3>**

# Justiça nega liberdade para ex-assessor que matou Gerson Camata

TAG: JUSTIÇA, PEDIDO DE LIBERDADE NEGADO, PODER JUDICIÁRIO, DESEMBARGADOR SERGIO BIZZOTTO P. MENDONÇA, ASSASSINATO, SUPERIOR **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** DO ESPÍRITO SANTO,

**Notícias Relacionadas:**

TV GAZETA / AF. GLOBO ES

Justiça nega liberdade para ex-assessor que matou Gerson Camata

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/09/19/RDIOCBNVITRIA925FMES-06.13.50-06.15.01-1568913394.mp3>**



| DRAMA DE CAPIXABA |

# DECISÃO JUDICIAL

## CRIANÇA DE 3 ANOS É LEVADA PARA A HOLANDA

Menina deveria ter retornado em janeiro, mas ficou com a mãe na Capital

▲ IARA DINIZ  
▲ GLACIERI CARRARETO

Uma criança de 3 anos dividida entre uma briga judicial dos pais. A pequena Alice, filha de pai alemão e mãe brasileira, teve a repatriação decretada pela Justiça e foi levada de volta para a Europa, após oito meses morando no Brasil com a mãe, a jurista capixaba Ana Maria Lopes Monteiro, de 42 anos.

Os pais da criança foram casados por 16 anos e estão em processo de divórcio desde 2017 quando, segundo Ana Maria, ela foi agredida pelo ex-marido. "Eu já tinha sofrido outras violências, porém nunca denunciei. Na última agressão eu chamei a polícia e ele saiu de casa", contou.

Morando em casas separadas na Holanda, mas ainda casados judicialmente, os pais dividiam a guarda da criança. Em janeiro deste ano, Ana Maria decidiu vir para o Brasil passar férias com a menina e visitar a família, que mora em Vitória. A viagem foi autorizada pelo pai. Porém, segundo a jurista, por causa de problemas de saúde, ela precisou permanecer no país por mais tempo.

"Eu estava vivendo um desgaste enorme por causa do processo de separação. Quando cheguei aqui, fui ao médico e ele disse que não podia me liberar para viajar sem fazer uma série de exames, porque tinha algo de errado comigo. Eu não iria simplesmente mandar minha filha para lá e ficar aqui. Então fiquei até resolver

“

Fiquei (no Brasil) até resolver problemas de saúde. Mas isso sempre foi avisado à Justiça holandesa, por meio de laudos e advogados”

— ANA MARIA MONTEIRO  
MÃE DA CRIANÇA

todos esses problemas. Mas isso sempre foi avisado à Justiça holandesa, por meio de laudos e meus advogados”, destacou.

### REPATRIÇÃO

O pai de Alice tinha autorizado a criança a ficar no Brasil somente durante o mês de janeiro. Porém, como ela não retornou para a Holanda, ele entrou com pedido de repatriação - processo de devolução de uma pessoa ao seu país de origem. De acordo com a advogada Claudia Grabois, especialista em Direito de Família, a decisão foi baseada na Convenção de Haia, um acordo internacional entre países.

"Quando uma criança não retorna ao país de origem na data determinada, os responsáveis pela criança podem acionar a Justiça,



Ana Maria, que não conseguiu se despedir da filha, separou-se do marido em 2017

ça, que entra com pedido de cumprimento da Convenção de Haia. Esse acordo é muito rígido e determina, sem levar em conta fatores externos, que as autoridades do país onde essa criança se encontra, façam a repatriação dela e ela seja levada de volta", explicou.

### BUSCA NA CRECHE

E foi exatamente isso que aconteceu na última segunda-feira. Alice estava na creche, em Jardim Camburi, Vitória, quando oficiais de Justiça e policiais federais chegaram ao local, por volta das 14 horas, para cumprir a determinação da Justiça Federal de levar a menina de volta para a Holanda. O pai de Alice, Olf Steffen Beyer, que tinha vindo para o Brasil buscar a filha, acompanhava a equipe.

"Eles foram atendidos pelas donas da creche, se identificaram pois não tinham uniformes, e foram encaminhados para uma sala. Lá, explicaram que foram cumprir uma busca e apreensão de uma menor de idade. Disseram que estavam com todo o processo e apresentaram o pai e pediram para eu chamar a criança", descreveu a pedagoga da creche, Maristela Aquino dos Santos, de 55 anos.

Por volta das 16 horas, o pai da menina saiu com ela no colo da creche e seguiu direto para o Rio de Janeiro, onde pegou um voo para a Europa. "Não sabíamos qual seria a reação dela, pois eles se viam apenas pelo celular. Ela ficou muito feliz ao vê-lo e pulou nos braços dele. Ele chorou muito", contou a pedagoga.

| DRAMA DE CAPIXABA |

# “NÃO TIVE NEM DIREITO DE DAR UM BEIJO NELA”

Mãe não conseguiu ver a filha antes que ela voltasse para a Europa

▲ IARA DINIZ  
 ▲ GLACIERI CARRARETTO  
 A mãe da criança de três anos, que perdeu a guarda da filha após repatriação decretada pela Justiça, só foi avisada da situação depois que a pequena Alice foi levada da creche que frequentava em Jardim Camburi. Foi a diretora quem contou que a menina havia sido retirado do local por oficiais de Justiça e policiais federais.

“Nos orientaram a não avisá-la para que ela não chegasse e a filha a visse ao sair. A mãe ficou muito desesperada, todos se entristeceram pois a menina também era feliz com a mãe”, contou a pedagoga da creche, Maristela Santos.

A mãe da criança, Ana Maria Monteiro, afirmou que não tinha conhecimento da repatriação da filha. O processo, segundo ela, estava sob sigilo e em nenhum momento ela foi comunicada da decisão. “Nem eu, nem meu advogado sabíamos da decisão, porque a Justiça colocou sob sigilo para a gente. O pai da minha filha sabia de tudo, tanto que ele veio para o Brasil buscá-la. Mas eu não tive o mesmo direito que ele, de ter acesso a essa informa-

REPRODUÇÃO FACEBOOK  
 Ana Maria Lopes Monteiro está se sentindo quebrada em Vitória, Espírito Santo.  
 Ontem às 10:06 - Vila Velha

Sou mais uma Mãe de Haia brasileira que buscou como último recurso a proteção da justiça brasileira para não ser separada da sua bebê de 3 anos. Mas a Juíza Federal

determinou a repatriação em tempo recorde, da minha única filha, de 3 anos, brasileira, para a Holanda, sem nem sequer ter me dado a chance de ser ouvida numa audiência e de entrar com os recursos que o sistema jurídico brasileiro confere a todos os brasileiros. Na fase de instrução processual a Juíza decidiu por devolver em tempo recorde a minha filhinha ao pai alemão para a Holanda, onde ele reside com a sua namorada e o filho dela de 8 anos.

Numa operação de caça a bandido, junto a Polícia Federal, minha filha de 3 anos foi buscada e apreendida na creche onde estudava, numa operação que envolveu 2 oficiais de justiça e 5 policiais federais. Levaram a minha filha sem sequer me dar a chance de me despedir dela. Só permitiram que a creche me avisasse depois que ela foi levada do lá por volta das 15.40 horas e retida na repatriação da Polícia Federal do aeroporto de Vitória até o voo deles partirem. Tudo isso para evitar o contato mãe e filha antes dela ir embora. Foi uma operação policial para prender bandido, mas era para separar uma criança de 3 anos de sua mãe, que não estava fugida, tinha endereço certo e conhecido, minha filha fazia ballet, natação e tinha contato diário com o pai. Sou uma mãe que fez durante 10 anos tratamentos muito invasivos para engravidar desta única filha que envolveram 5 cirurgias, uma gravidez de alto risco com 2 internações e 11 semanas de repouso absoluto para trazer ao mundo a minha tão desejada menina com saúde aos 39 meses de gestação. Foram 10 anos lutando para segurar em meus braços a minha tão esperada, desejada e amada filha.

Quando minha filhinha tinha apenas 1 ano e 5 meses de idade, o meu ex-

marido alemão, depois de 16 anos de casamento, me deixou por outra Ana Maria causou comoção ao contar sua história em seu perfil do Facebook

ção. Imagina o que foi chegar a creche e saber que minha filha tinha sido levada para outro país? Não tive nem o direito de dar um beijo nela”, desabafou.

Para a advogada Cláudia Grabois, que assumiu o caso na segunda-feira à noite, após a Justiça cumprir a decisão de repatriação, faltou cautela e preservação do direito da criança no caso.

“Fui acionada poucas horas antes da criança pegar o voo. Tentei entrar com recurso, mas já era tarde. Pelo que Ana Maria me disse, ela sequer foi informada da decisão. Ela disse que nunca viu a juíza, não houve audiência de conciliação, uma perícia para saber o estado de saúde da criança. Ela foi totalmente desconhecada, ninguém pensou nos direitos da criança”, explicou.

## DIREITOS

Cláudia Grabois lida com situações semelhantes há anos e disse que casos de repatriação de crianças são extremamente complicados, principalmente porque a Convenção de Haia é rígida e não coloca o direito da criança em primeiro lugar.

“A Convenção diz que a

criança precisa retornar ao país, independentemente da situação da mãe. Não considera, por exemplo, que a Ana Maria saiu de lá após sofrer violência doméstica e não ia mandar a filha devolta e abandoná-la. Vamos recorrer e se preciso levar o caso até o STJ, paralelamente tentando acordo com as autoridades na Holanda para que a mãe possair o país ver a filha sem sofrer nenhum tipo de sanção”, declarou.

## OUTRO LADO

### SEM ACESSO AO PAI

▲ A Gazeta tentou durante todo o dia de ontem acesso ao advogado ou mesmo ao pai holandês Olf Steffen Beyer, mas não conseguiu os contatos. A Justiça Federal também foi procurada para comentar sobre o processo, mas a assessoria de imprensa do órgão informou que o caso segue em sigilo.

## ANÁLISE

### “Despedida ou não, fica a cargo do juiz”

▲ “Não há obrigatoriedade que o outro responsável seja avisado sobre a repatriação, uma vez que, dependendo do caso, o pai ou a mãe pode fugir com a criança. Já a despedida ou não, fica a cargo do juiz decidir mediante a análise do caso concreto e do emocional. Tudo é preparado para que haja o menor prejuízo emocional para a criança.

Situações assim não são incomuns. Ocorre, geralmente, quando um casal se separa e um dos cônjuges retira o filho ou filhos, clandestinamente para seu país de origem. Entende-se que subtrai da Justiça do país onde a criança residia a decisão de guarda e visitação e priva completamente de visitação do outro. Juridicamente, é chamado de se-



questro internacional de crianças. Para prevenir essas situações, o Brasil e outros países firmaram a Convenção de Haia,

proibindo que os pais retirem a criança do domicílio de forma irregular, sem ordem judicial, sem consentimento do outro responsável. De-

vem ser repatriadas tanto as crianças que vêm ou que são mantidas ilegalmente, devendo os países que fazem parte desta Convenção devolver as crianças para o país de domicílio. O fato de ser filho de brasileiro não interfere, mas sim onde é o juízo competente para decidir a guarda. A criança não é entregue necessariamente ao pai ou a mãe do outro país, mas sim às autoridades da outro país envolvido. Somente aos 18 anos, decide onde quer ficar.

A única exceção ao cumprimento da devolução da Convenção de Haia é quando o país onde a criança deve ficar esteja inseguro, por exemplo passando por guerra civil. O repatriamento deve ser feito de forma rápida e mais suave possível para evitar traumas. Não está se decidindo quem terá a guarda da criança, mas sim o Judiciário de qual país definirá a guarda.”

— HENRIQUE HERKENHOFF  
 PROFESSOR DE DIREITO DA UNV E DESEMBARGADOR FEDERAL DE SÃO PAULO

CARIACICA

## Filha de mulher assassinada não para de chamar a mãe

**A criança não fica mais sozinha nos cômodos da casa. A família vai buscar ajuda profissional**

Depois de presenciar o assassinato da mãe, a filha de Maiara de Oliveira Freitas, de apenas 4 anos, mudou o comportamento e não para de chamar pela mãe. Maiara foi assassinada onde morava, no bairro Antonio Ferreira Borges, em Cariacica, por dois homens que fingiram ser policiais e invadiram a casa da operadora de telemarketing, no dia 11 de setembro.

De acordo com um familiar que preferiu não se identificar, a filha de Maia-

ra passa o dia chamando pela mãe, e, além disso, a criança não consegue mais ficar sozinha nos cômodos da casa. "Ela não quer mais ficar sozinha nos ambientes", pontuou.

O familiar de Maiara destacou ainda que banho, que era a atividade de a criança estava aprendendo a fazer sozinha, a menina já não faz mais. "Ela não consegue mais ficar no banheiro sozinha".

"Ainda não procuramos auxílio profissional como um psicólogo porque ainda estamos nos organizando com a perda de Maiara", desabafou.

De acordo com a Polícia



Rua onde morava a jovem Maiara Oliveira, que foi morta por encapuzados

Civil, até o momento nenhum suspeito foi detido, e o caso segue sob investigação da Delegacia Especializada de Homicídios e

Proteção à Mulher (DHPM).

Familiares contaram que a vítima morava no bairro há duas semanas.



Ela não tem passagem pela polícia. A suspeita é de que a operadora de telemarketing tenha sido morta por vingança.

Há cerca de um ano, o namorado dela foi morto no bairro. Ela teria ajudado a polícia na investigação e foi ameaçada por isso. Ela se mudou para Minas Gerais e tinha retornado Antônio Borges havia 14 dias.

### REPERCUSSÃO

No mesmo dia em que o crime aconteceu, o deputado estadual Capitão Assunção (PSL) usou a tribuna da Assembleia Legislativa para oferecer R\$ 10 mil para quem matasse o suspeito de ter assassinado a jovem. (Esthefany Mesquita)



CONTINUA pág. 16

## | CASO ASSUMÇÃO NA ASSEMBLEIA |

# CORREGEDORIA NÃO PUNE UM DEPUTADO HÁ 10 ANOS

Última sanção foi em 2009. Colegiado só se reuniu 3 vezes em 2019

▲ NATÁLIA DEVENS  
ncosta@recgazeta.com.br

Órgão responsável por apurar casos de desvios de conduta e abrir processos disciplinares contra deputados, e, se necessário, aplicar sanções, a Corregedoria da Assembleia Legislativa aplicou uma punição a um deputado pela última vez há 10 anos, em 2009.

O último deputado punido pela Casa foi Robson Vaillant (então no DEM), que foi afastado do cargo após ser denunciado pelo Ministério Público pela prática de rachid, é o crime de coagir servidores a repassar parte de seus salários. No processo, o órgão apontou inclusive que uma empregada doméstica trabalhava na casa de Vaillant ao mesmo tempo em que exercia um cargo em comissão na Assembleia Legislativa.

Ele permaneceu afastado durante todo o ano de 2010, que era o último de seu mandato.

A Corregedoria da Assembleia teve muito protagonismo durante os anos 2000 devido às diversas acusações de corrupção enfrentadas pelos de-



Capitão Assunção terá declaração investigada pela Corregedoria da Assembleia

putados na esfera judicial, as quais geravam uma pressão para que o órgão também tomasse providências disciplinares.

Na última semana, a atuação do órgão voltou a ser provocada, após o deputado Capitão Assunção (PSL) ter oferecido R\$ 10 mil como recompensa pela morte do suspeito de assas-

sinar uma jovem de Cariacica, em discurso no plenário.

### FUNCIONAMENTO

De acordo com a informação disponibilizada pela Assembleia Legislativa, a Corregedoria da Casa deveria se reunir sempre às terças-feiras à noite.

No entanto, desde o início deste ano e da atual le-

gislatura, houve apenas três reuniões extraordinárias, realizadas a partir de julho.

O corregedor-geral da Casa, deputado Hudson Leal (PRB), explicou que só são realizadas reuniões caso seja necessário deliberar sobre a distribuição dos processos. Como no primeiro semestre do ano, não havia nenhum proce-

*“Não posso falar contra quem são os processos, a minha função é só distribuir. Todos eles ainda estão em uma fase muito embrionária. A Corregedoria é uma atividade espinhosa”*

HUDSON LEAL (PRB)  
DEPUTADO E CORREGEDOR  
GERAL DA ASSEMBLEIA

dimento, não foi convocado nenhum encontro.

Mas de julho até agora, segundo ele, foram apresentadas 10 denúncias ao órgão. Por conta delas, foram convocadas três reuniões. Sete desses processos já tiveram a definição de relator, e outros três ainda não avançaram da fase inicial, entre eles, o procedimento instaurado pela Procuradoria da Casa para investigar a conduta de Assunção.

“A reunião é só para apresentar os documentos, dar ciência a todos e

votar quem vai ficar com cada caso. Quando não havia casos, não tinha porque fazer. Agora, vou precisar convocar outra em breve”, explicou Leal.

Após ter passado a primeira semana após o caso Assunção evitando dar declarações, o corregedor pontuou que tem tomado esta cautela para evitar algum tipo de erro processual. “Não posso falar contra quem são os processos, a minha função é só distribuir. Todos eles ainda estão em uma fase muito embrionária, e não quero que haja nulidades. A Corregedoria é uma atividade espinhosa”, afirmou.

Os outros membros do colegiado são Euclério Sampaio (sem partido), que é o vice-corregedor, mas que está em licença médica, após ter sofrido um infarto; e também os deputados Marcelo Santos (PDT), Rafael Favato (Patriota) e Torino Marques (PSL).

A Corregedoria possui 15 dias úteis para fazer a apuração dos fatos, ouvir a defesa do denunciado e realizar o encaminhamento de acordo com o caso.

## Apuração pode ir para comissão processante

▲ A responsabilidade por apreciar e produzir um relatório sobre o caso do deputado Capitão Assunção (PSL), na Corregedoria da Assembleia Legislativa, pode ficar para o correligionário do acusado, deputado Torino Marques (PSL), como também há ainda a possibilidade de que seja constituída uma comissão processante, composta por três membros, de acordo com o corregedor-geral, Hudson Leal (PRB).

Torino declarou à coluna Vitor Vogas que caso seja mesmo indicado como relator, deve aceitar a função.

A definição deverá ocorrer somente na reunião da Corregedoria, que deve ser convocada para a próxima semana. Segundo Leal, a intenção inicial é esperar o retorno do deputado Euclério Sampaio (sem partido), que está em licença médica após ter sofrido um infarto. Ele é o vice-corregedor da Casa.

“É melhor realizarmos um a presença do Euclério, pois ficamos com a composição completa, e também pois ele, por ser advogado, também tem muito a contribuir juridicamente”, argumenta.

O corregedor assegurou que caso Euclério não possa voltar na próxima semana, a reunião para definir a relatoria deverá acontecer da mesma forma, sem precisar a data.

Conforme o Código de

Ética da Assembleia, a Corregedoria possui 15 dias úteis para fazer a apuração dos fatos, ouvir a defesa do denunciado e realizar o encaminhamento de acordo com o caso. Se ele der prosseguimento, é aí que se inicia o processo disciplinar.

Entre as punições possíveis de serem aplicadas pela Corregedoria estão advertência, censura, suspensão por 30 dias do mandato e até a perda do mesmo.



Hudson Leal disse que reunião será na semana que vem

## | CASO ASSUMÇÃO NA ASSEMBLEIA |

# Procurador pediu apuração de quebra de decoro e ética

**Ofício solicitando à Corregedoria que investigue declarações foi obtido por A Gazeta**

Na última quinta-feira (12), um dia após o polêmico discurso do deputado estadual Capitão Assumção (PSL) encomendando a morte de um assassino, a Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa pediu à Corregedoria da Casa para apurar possível quebra de decoro parlamentar por parte do deputado.

O ofício, que até agora

não tinha vindo a público, foi obtido e publicado com exclusividade pelo colunista Vitor Vogas em seu blog no site de A Gazeta. O documento é assinado pelo procurador-geral da Assembleia, Rafael Teixeira de Freitas, e elaborado a pedido do presidente da Casa, Erick Musso (PRB).

Sem entrar no mérito das declarações de Assumção e sem fazer sobre elas qualquer juízo de valor, o procurador "dá ciência" ao corregedor-geral, deputado Hudson Leal

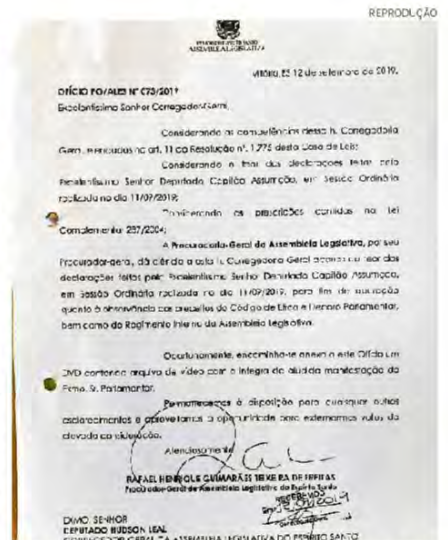
(PRB), acerca do teor das referidas declarações, "para fins de apuração quanto à observância dos preceitos do Código de Ética e Decoro Parlamentar, bem como do Regimento Interno da Assembleia Legislativa".

Anexo ao ofício, o procurador-geral encaminha à Corregedoria um DVD contendo arquivo de vídeo com a íntegra da manifestação de Assumção.

Hudson Leal não se pronunciou sobre o caso, mas ele designou o depu-

tado Torino Marques (PSL) para ser o relator do processo por quebra de decoro a ser instaurado em face de Assumção na Corregedoria.

Apesar de também ser do PSL, mesmo partido de Assumção, Torino declarou ao colunista ontem que tem interesse em assumir a relatoria do caso. Também ontem, mais cedo, o deputado disse à Rádio CBN Vitória que não vê quebra de decoro nas palavras proferidas pelo colega de partido.



Ofício da Procuradoria foi encaminhado à Corregedoria

# Mãe é obrigada a entregar filha para o pai na Holanda

Justiça determinou que menina de 3 anos fosse levada de volta para o país onde mora o pai, com quem Ana Maria foi casada por 16 anos

Camila Lima

Depois de 10 anos fazendo tratamentos para engravidar e passar por uma gravidez de alto risco, a bacharel em Direito Ana Maria Lopes Monteiro, de 42 anos, relata que enfrentou, na última segunda-feira, seu pior pesadelo: teve sua filha levada, de uma creche em Vitória, por policiais federais, após decisão judicial.

A Justiça Federal determinou que a menina, de 3 anos, fosse levada de volta para a Holanda, onde mora o pai, que é alemão e com quem Ana Maria foi casada por 16 anos.

O ex-marido de Ana acompanhou a busca da menina e a levou para o Rio de Janeiro, sem que a mãe pudesse se despedir da filha.

Ana Maria, que hoje mora em Jardim Camburi, Vitória, tem convivido com as lembranças da filha, como os brinquedos, a roupa do balé, o uniforme da escola e até o chinelo preferido.

Após o casamento, que aconteceu em 2003 na Alemanha, o casal se mudou em 2004 para a Holanda, onde a criança nasceu.

O drama de Ana, segundo ela conta, começou quando a filha tinha 1 ano e 5 meses, e o marido pediu o divórcio.

"Ele se apaixonou por outra mulher, e aí começou a fazer de tudo para tirar minha filha de mim. Ele falou repetidas vezes, inclusive em mediação, que a atual mulher dele seria a mãe da minha filha. Ele idealizou uma outra família e, para isso, eu tinha de ser descartada".

Ela conta que, de fevereiro de 2017 até janeiro deste ano, tentou conseguir ajuda da Justiça holandesa para que pudesse ficar com a filha. Porém, sem sucesso.



ANA MARIA em casa, no bairro Jardim Camburi, com os brinquedos da filha, que foi levada na última segunda-feira

"Tinha a guarda compartilhada com meu ex-marido. Em janeiro, vim para o Brasil passar férias, autorizada por ele, e não voltei, por motivos de saúde, mas enviei os laudos para a Justiça holandesa. Depois, fiquei sabendo que estava sendo acusada de sequestro, sendo que minha filha falava com ele todos os dias", declarou.

Após ter a filha levada, Ana acionou a advogada Cláudia Graboís para sua defesa. "Não pudemos impedir que a criança fosse levada. Agora vou conversar com a Ana para que ela decida qual caminho quer traçar, como um acordo com a Holanda, por exemplo", informou a advogada. A reportagem tentou acesso ao pai da criança, mas não conseguiu contato.

**“Ele se apaixonou por outra mulher, e aí começou a fazer de tudo para tirar minha filha de mim”**

Ana Maria Lopes, bacharel em Direito

## ANA MARIA LOPES BACHAREL EM DIREITO

### “Eu perdi minha menina. Ela foi tirada de mim”

Após desejar e lutar para ser mãe, a bacharel em Direito Ana Maria Lopes Monteiro, de 42 anos, vive dias de angústia, segundo relata, depois de ter sua filha levada para a Holanda, com o pai, após decisão judicial.

**A TRIBUNA - Como você conheceu seu ex-marido?**

**ANA MARIA LOPES -** Nós nos conhecemos aqui em Vitória, mas casamos em 2003 na Alemanha e, em 2004, fomos para a Holanda. Eu trabalhava como jurista na Holanda e, depois de muito tentar e passar por uma gravidez de risco, minha filha nasceu, em 2015.

**> O que levou à separação?**

Eu amava meu marido, mas ele sempre foi uma pessoa muito difícil, às vezes até violento. Embora já houvesse acontecido episódios de agressão física, eu o amava. Porém,

ele se apaixonou por outra pessoa e pediu o divórcio. Ele idealizou uma outra família e, para isso, eu tinha de ser descartada.

**> Por isso veio para o Brasil?**

Tinha guarda compartilhada e vim para ficar um mês, com autorização dele, mas, por causa de problemas de saúde, acabei ficando mais tempo. Porém, a Justiça holandesa tinha meus laudos.

**> Sabia que sua filha poderia ser levada de volta para Holanda?**

Nem eu e nem meu advogado fomos informados da decisão porque a Justiça colocou como sigilo. Na segunda-feira, tivemos uma manhã normal. Minha filha foi ao balé e a levei para a escola. Por volta das 15h40, recebi a ligação da escola me dando a notícia que meu ex-marido a tinha levado. Eu perdi minha menina. Ela foi tirada de mim.

## Convenção entre países garante retorno imediato

Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1980, e atualizada em 2000, por meio de um decreto, a Convenção de Haia, assinada por vários países no mundo, garante que, em casos como o da bacharel em Direito Ana Maria Lopes Monteiro, haja uma investigação internacional rápida e o retorno imediato da criança para o país de onde foi retirada.

De acordo com a convenção, o fato de levar um filho menor de idade, sem a autorização do outro genitor, de seu país de residência habitual para outro país é configurado crime.

Mas, segundo os advogados, não se trata do sequestro como é conhecido no Direito Penal.

"A convenção permite uma resposta muito rápida para essa situação. Quem faz a busca é a Interpol, que é a polícia internacional, e a criança tem de voltar imediatamente. Há algumas exceções, como por exemplo, a violência doméstica", explicou a advogada Anne Brito.

De acordo com a cartilha do Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, em muitos casos, os pais tomam a decisão de levar os filhos para o exterior sem autorização, o que acontece em meio a uma crise ou separação do casal, que, por várias vezes, é acompanhada por atos de violência.

"A competência para julgamento de guarda é do país da última residência do menor. Sempre vale essa regra a todos os países que aderiram à Convenção de Haia", comentou a advogada Geovanna Renoldi Lourenzini.



GEOVANNA cita Convenção de Haia

# Prefeita de Kennedy é solta ao som de fogos

## CACHOEIRO

Após 133 dias presa, a prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta Rangel, saiu ontem do Centro Prisional Feminino de Cachoeiro. Ela chegou à prisão no dia 8 de maio, data em que foi deflagrada a Operação Rubi, do Ministério Público do Estado (MP-ES), que apura fraudes em licitação e pagamento de propina.

Familiares e amigos a aguardavam do lado de fora e soltaram fogos de artifício. Amanda foi presa em casa com o noivo, José Augusto Rodrigues de Paiva, então secretário de Desenvolvimento Econômico. Agentes encontraram uma mochila com R\$ 33 mil na casa dela.

A decisão de soltar a prefeita é do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ela não retorna à prefeitura,



divulgação - 01/01/2017

### AMANDA ficou presa por 133 dias

que continua sob o comando do vice, Dorlei Fontão. O relator, ministro Antônio Saldanha Palheiro, substituiu a prisão por medidas como afastamento da prefeitura e determinação de não manter contato com investigados.

## “O Tribunal apenas cumpriu a lei”

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sérgio Gama, falou ontem sobre a devolução, por parte do TJ, da interpelação judicial do Ministério Público contra o deputado Sergio Majeski. Na devolução ao MP, o TJ não se manifestou.

“O Tribunal apenas cumpriu a lei. Remeteu ao MP para que possa, como órgão competente, analisar a responsabilidade ou não do deputado. Analisar e tomar providências”, disse Gama.

A interpelação foi em cima de declarações de Majeski de que teria ocorrido uma “troca de gentilezas” entre o MP e a Assembleia na aprovação do projeto que criou mais de 300 cargos comissionados no Ministério Público. Questionado sobre se o deputado teria extrapolado, Gama se esquivou.

“Prefiro não emitir juízo de valor. Ele é um parlamentar, tem a imunidade dele e isso será avaliado no momento certo. Se for transformado num processo, talvez eu participe do julgamento. É um deputado atuante, competente, sério, correto, que eu respeito. Vamos deixar a justiça ser feita com isenção”.

\* \* \*

### “Em absoluto”

Questionado sobre o deputado Capitão Assumção, o presidente do TJ, Sérgio Gama, também foi reservado, mas frisou que não apoia as falas do deputado que ofereceu R\$ 10 mil para quem matasse o autor de um crime. “O Legislativo tem sido um grande parceiro do Judiciário, isso não significa que eu esteja de acordo com o que ele falou, em absoluto”.

### Jogando o verde...

O deputado Zé Esmeraldo jogou um verde ontem pra cima do colega Lorenzo Pazolini com relação a sua situação no parlamento e ao governo, ontem, na Assembleia.

“Estou sentindo que Pazolini está vindo, a passo de cágado, para o lado do governo. Vem logo antes que você fique isolado”. Pazolini só riu, mas nada de se comprometer.



# Estado é condenado a indenizar homem que foi processado por crime de outra pessoa, no ES

*Por G1 ES e TV Gazeta*

O estado do Espírito Santo foi condenado a pagar mais de R\$ 20 mil em indenização a um homem que foi processado por um crime que não cometeu.

O erro só foi reconhecido um ano após o crime, quando o homem foi notificado pelos crimes de roubo, receptação com uso de arma de fogo e agressão física.

A confusão aconteceu porque o verdadeiro culpado pelo crime deu o nome do inocente ao ser preso. Ao perceber o erro, o **Ministério Público** excluiu o nome dele da ação.

O homem processado por engano entrou na Justiça e pediu a indenização. O Estado, por sua vez, não concordava com a indenização, porque diz que o caso gerou um "mero aborrecimento".

A Justiça entendeu diferente e afirmou que o fato abalou a dignidade do cidadão e obrigou o estado a pagar a indenização de mais de R\$ 20 mil.

**Site: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/09/19/estado-e-condenado-a-indenizar-homem-que-foi-processado-por-crime-de-outra-pessoa-no-es.ghtml>**

# Hotel de Colatina é condenado a pagar direitos autorais de músicas tocadas nos quartos (Notícias)

Um hotel de Colatina foi condenado a pagar mais de R\$14 mil em taxas exigidas pelo Escritório de Arrecadação e Distribuição - ECAD. O valor é referente aos direitos autorais que decorriam da utilização de músicas que eram executadas no local. A decisão é da 2ª Vara Cível de Colatina.

De acordo com o ECAD, desde de 2015 o estabelecimento vem utilizando publicamente obras musicais através de sonorização ambiente. As músicas são executadas pelas televisões dos quartos, sem a devida autorização da parte autora, o que constituiria uma violação à legislação autoral. O ECAD também destacou que chegou a entrar em contato com o hotel diversas vezes, inclusive através de notificação extrajudicial, mas não obteve sucesso.

Em defesa, o réu afirmou não ser responsável pelo pagamento das taxas cobradas pelo ECAD. O hotel também defendeu que os aparelhos de TV ficam à disposição dos hóspedes, que podem optar pelo canal que desejarem. "[.] Se realmente existe algum débito pendente quanto a autorização que é atribuída pelo requerente, este deve pleitear indenização em face da prestadora de serviços de TV a cabo contratada", acrescentou.

Em análise do caso, o magistrado considerou que não merecia prosperar o argumento de que o pagamento das taxas seria responsabilidade da prestadora de serviços de TV por assinatura. "[.] Para transferir o pagamento de direitos autorais à prestadora de serviços televisivos necessário se faz expressa previsão contratual entre as partes, o que não restou demonstrado nos autos", explicou.

Em sua decisão, o juiz ainda citou a Lei nº 9.610/98, a qual especifica que os hotéis são locais de frequência coletiva. "Mesmo que os quartos de hotéis sejam de utilização individual pelo hóspede, a disponibilização de rádios e aparelhos televisores enseja a arrecadação de direitos autorais [.] Portanto, pelo exposto, tenho como devidos os direitos autorais pela retransmissão radiofônica de músicas em estabelecimentos comerciais de acordo com a Súmula 63 do **STJ**", acrescentou o juiz.

Desta forma, o magistrado condenou o hotel ao pagamento de R\$14.355,94 referentes aos valores que deixaram de ser arrecadados pelo ECAD, bem como determinou que o estabelecimento se abstenha de utilizar obras musicais até que obtenha a necessária autorização prévia do ECAD.

**Site:** <https://correio9.com.br/hotel-de-colatina-e-condenado-a-pagar-direitos-autorais-de-musicas-tocadas-nos-quartos/>

# Mulher é presa por matar o marido para receber grana de seguro

TAG: COSTA DOURADA NA SERRA, MULHER PRESA, ASSASSINATO, POLÍCIA CIVIL, SEGURO DE VIDA, MINISTÉRIO PÚBLICO, PODER JUDICIÁRIO,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/19/TVVITRIARECOR>**

**DES-14.02.21-14.05.35-1568913114.mp4**

# Manicure que caiu em bueiro de Vitória vai ser indenizada em R\$ 6 mil

TAG: PREFEITURA DE VITÓRIA, BUEIRO QUEBRADO, MANICURE, INDENIZAÇÃO, ACIDENTE, QUEDA, DANOS MORAIS, VINÍCIUS CHAVES DEFENSOR PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/19/TVGAZETAAGL>**

**OBOES-07.18.54-07.21.09-1568889359.mp4**

# Deputados capixabas aprovam projetos para coibir violência contra a mulher (Cidades)

Os deputados aprovaram, nesta quarta-feira (18), dois projetos de lei (PLs) de autoria parlamentar que têm o objetivo de coibir a **violência contra a mulher**. As duas matérias tramitavam em regime de urgência e foram aprovadas à unanimidade pelo Plenário.

O primeiro projeto aprovado foi o PL 85/2019, do deputado Dr. Hércules (MDB). A matéria veda a nomeação de pessoas que tiverem sido condenadas por infrações previstas na Lei Maria da Penha (Lei Federal 11.340/06) em cargos comissionados da administração pública direta e indireta.

Já o segundo projeto aprovado foi o PL 655/2019, da deputada Janete de Sá (PMN). O projeto proíbe o uso de recursos públicos para contratar profissionais e espetáculos que desvalorizem ou exponham mulheres a situações de constrangimento, incitem a violência ou contenham manifestações de homofobia ou discriminação racial.

As duas matérias seguem para análise do Executivo estadual.

## Repercussão

Sobre a proposição que veda a nomeação de condenados pela Lei Maria da Penha em cargos comissionados, o deputado Delegado Lorenzo Pazolini (sem partido) lembrou o caso de um funcionário da Secretaria Estadual de Direitos Humanos que foi condenado por **violência contra a mulher** e continua no exercício do cargo.

A deputada Iriny Lopes (PT) disse que a situação é "inadmissível", ainda mais se tratando da pasta responsável por garantir os direitos humanos. Ela comemorou a aprovação das duas propostas: "Essa Casa é um poder constituído e tem de se preocupar em resguardar as pessoas, as mulheres, a comunidade LGBT, os negros, índios e povos tradicionais", conclamou.

Pazolini concordou: "Temos que estar do lado de quem é hipossuficiente, principalmente mulheres, crianças e adolescentes", opinou.

Já Enivaldo dos Anjos (PSD) disse que é preciso ter mais cautela ao "tirar o emprego" de alguém. "É preciso ter bom senso. A lei não se aplica 'matando

um para salvar o outro", pontuou o líder do governo.

## Carteira de Identidade

Também tramitava em urgência o PL 489/2019, do Delegado Lorenzo Pazolini (sem partido), que trata da inclusão, na Carteira de Identidade, de dados referentes a outros documentos como Carteira de Trabalho e Carteira Nacional de Habilitação. A matéria foi votada conforme o parecer da Comissão de Finanças, que havia relatado pela rejeição da proposta. A maioria dos deputados acompanhou o parecer de Finanças e o projeto acabou sendo arquivado.

Antes da votação, o autor da proposta pediu o apoio dos colegas, defendendo que a medida seria para facilitar e desburocratizar a vida do cidadão capixaba, que não precisaria mais sair de casa com vários documentos. O líder do governo, Enivaldo dos Anjos, informou que o Estado já está se adequando às normas federais que estabelecem o modelo de documento a ser implantado em todo o Brasil. "O governador já disse que vai adotar esse critério", assegurou.

Após a votação, que culminou no arquivamento da iniciativa, o deputado Gandini (Cidadania) também se manifestou alegando que o decreto federal que regulamenta a nova Carteira de Identidade tem o objetivo de padronizar o documento em âmbito nacional e traz mais itens de segurança para evitar fraudes na emissão do documento. "O governo do Estado está preparando uma PPP (parceria público-privada) que vai dar qualidade à emissão desse documento, com reconhecimento facial", contou o parlamentar.

**Site:** <https://905fm.com.br/cidades/deputados-capixabas-aprovam-projetos-para-coibir-violencia-contra-a-mulher/>

# ES assombrado com aumento da violência contra a mulher (Notícias)

## **Da Redação Do Jornal A Ilha**

Manchetes estamparam na última semana o crescimento do número de estupros no Espírito Santo - em 2017, segundo dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 10,2 casos a cada 100 mil habitantes foram registrados, enquanto em 2018 foram 12,1, o correspondente a 18,9% na variação da taxa. Desde o início deste ano, na verdade, notícias de **violência contra a mulher** se repetem e assombram o Estado e o país, como o caso no Espírito Santo da vendedora Jane Cherubim, 36, espancada e abandonada pelo namorado em uma estrada em março.

Após este último caso, inclusive, em uma conversa por telefone a senadora Rose de Freitas (PODE), que está em seu oitavo mandato como parlamentar, suspirou, fez um breve silêncio e, com a voz embargada, questionou "se isso nunca iria acabar". Rose, que sempre trabalhou para propiciar a igualdade de gênero e reduzir a violência, teve mais uma vez de driblar esse "cansaço". E assim o fez: tem dedicado grande parte de sua atuação parlamentar este ano a apresentar políticas públicas em defesa da mulher.

A senadora foi eleita Procuradora Especial da Mulher pela bancada feminina no Senado. E somente em 2019 apresentou nove projetos (relação completa no anexo) para a valorização feminina e o combate aos abusos sofridos pelo gênero.

Proposições - Uma proposta que chamou a atenção foi a popularmente conhecida "PL Stalker" (PL 1414/2019), já aprovada no Senado. O projeto tipifica como crime a perseguição ou assédio a alguém de maneira continuada, na internet ou presencialmente. Outra proposição forte é o "PL 1419/2019", que impede a posse de arma de fogo pelo agressor em casos de violência doméstica e familiar, mesmo que este não seja um criminoso contumaz.

Outro exemplo, o PL 1906/2019, altera a Lei Maria da Penha e determina a manutenção da prisão em flagrante ou prisão preventiva até a conclusão da investigação.

Educação X Violência - A ação de trabalhar desde cedo nas escolas o tema da **violência contra a mulher** é defendida frequentemente pela senadora

Rose em discursos e entrevistas. E a parlamentar formalizou o tema em 2019, ao apresentar o projeto de Lei 1909/2019, que inclui a prevenção da violência de gênero no currículo escolar da educação básica como tema transversal.

Emenda à Constituição - Entre as PECs apresentadas por Rose, destaca-se a que propõe a paridade de gênero nos ambiente de poder (PEC 81/2019): isto é, a igualdade nos assentos da Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais.

Há ainda a PEC 75/2019, para tornar imprescritível o crime de feminicídio.

COM INFORMAÇÃO - Assessoria de Comunicação

**Site:** <http://jornalailha.com.br/2019/09/19/es-assombrado-com-aumento-da-violencia-contra-mulher.html>

# Prefeita afastada de Presidente Kennedy deixa o presídio

PREFEITA, AFASTADA, PRESIDENTE KENNEDY,  
LIBERADA, PRESÍDIO, TJES, MPES,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/18/TVCAPIXABABA>**

**NDES-19.07.39-19.08.00-1568845447.mp4**

# Justiça determina cassação de 08 vereadores de Muniz Freire

TAGS: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, JUSTIÇA,  
MUNIZ FREIRE, VEREADORES, AUMENTO DE  
SALÁRIO, LEI MUNICIPAL,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/18/TVGAZETAAFGL>**

**OBOES-12.08.00-12.08.42-1568820569.mp4**



# Justiça manda soltar prefeita de Presidente Kennedy

TAGS: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, IRREGULARIDADES EM CONTRATO, OPERAÇÃO RUBI, PREFEITA, PRESIDENTE KENNEDY, STF, CORRUPÇÃO,

**Notícias Relacionadas:**

TV VITÓRIA - RECORD - ES  
Justiça manda soltar prefeita de Presidente Kennedy

**Multimídia:**

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/18/TVGAZETAAFGL>  
**OBOES-12.07.24-12.08.00-1568820476.mp4**

# Justiça determinou afastamento de 8 dos 9 vereadores de Muniz Freire

TAG: AÇÃO CIVIL PÚBLICA, JUSTIÇA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, VEREADORES DE MUNIZ FREIRE,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/18/TVGAZETAAGL>**

**[OBOES-07.53.04-07.53.47-1568804549.mp4](#)**

# Justiça determina cassação de 8 dos 9 vereadores de Muniz Freire

TAG: AÇÃO CIVIL PÚBLICA, JUSTIÇA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, VEREADORES DE MUNIZ FREIRE,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/18/TVGAZETAAGL>**

**[OBOES-06.27.45-06.28.22-1568800297.mp4](#)**

# Vereadores são cassados em Muniz Freire

TAG: VEREADORES, MUNIZ FREIRE, POLÍTICA, AUMENTO DE SALÁRIO, CÂMERA DE VEREADORES, MINISTÉRIO PÚBLICO, MANDADO CASADO,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/19/TVRECORDNEW>**

**[SES-18.47.21-18.49.11-1568890457.mp4](#)**

# Defesa tenta liberdade de universitário e justiça nega

**TJES**, NEGA, LIBERDADE, UNIVERSITÁRIO,  
ACIDENTE, TERCEIRA PONTE,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/18/TVVITRIARECOR>**

**DES-19.21.14-19.22.37-1568846409.mp4**

# Ex-presidente da Câmara da Serra é condenada por peculato

EX-PRESIDENTE, CÂMARA, NA SERRA,  
CONDENADA, PROCESSO, PECULATO, TJES,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/18/TVVITRIARECOR>**

**DES-19.20.03-19.21.13-1568846306.mp4**

# TJES determina afastamento 8 vereadores da Câmara de Muniz Freire

**TJES**, DETERMINA, AFASTAMENTO, VEREADOR,  
CÂMARA, MUNIZ FREIRE, MPES,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/18/TVVITRIARECOR>**

**DES-19.18.38-19.20.03-1568846242.mp4**

# Morte na Terceira Ponte: Defesa tenta liberdade de universitário e justiça nega

DEFESA, LIBERDADE ,UNIVERSITÁRIO, ACIDENTE TERCEIRA PONTE, **TJES**, DESEMBARGADOR, FERNANDO JARDIM ANTÔNIO, NEGA LIBERDADE, CIDADE DE VITÓRIA, POLÍCIA MILITAR,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/18/TVVITRIARECOR>**

**DES-18.36.53-18.42.04-1568843258.mp4**



# Mortes na Ponte! defesa tenta liberdade de universitário e justiça nega- Parte 04

**TAG: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, DESEMBARGADORES, PEDIDO DE LIBERDADE NEGADO, UNIVERSITÁRIO, FERNANDO JARDINI RELATOR, CIDADE DE VITÓRIA, DESEMBARGADOR ADALTO DIAS TRISTÃO,**

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/18/TVVITRIARECOR>  
**DES-13.28.43-13.30.32-1568826080.mp4****

# Mortes na Ponte! defesa tenta liberdade de universitário e justiça nega- Parte 03

**TAG: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, DESEMBARGADORES, PEDIDO DE LIBERDADE NEGADO, UNIVERSITÁRIO, FERNANDO JARDINI RELATOR, CIDADE DE VITÓRIA, DESEMBARGADOR ADALTO DIAS TRISTÃO,**

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/18/TVVITRIARECORDES-13.18.56-13.27.33-1568825978.mp4>**

# Mortes na Ponte! defesa tenta liberdade de universitário e justiça nega- Parte 02

TAG: **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, DESEMBARGADORES, PEDIDO DE LIBERDADE NEGADO, UNIVERSITÁRIO, FERNANDO JARDINI RELATOR, CIDADE DE VITÓRIA, DESEMBARGADOR ADALTO DIAS TRISTÃO,**

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/18/TVVITRIARECOR>  
DES-13.07.39-13.09.31-1568825596.mp4**

# Mortes na Ponte! defesa tenta liberdade de universitário e justiça nega- Parte 01

**TAG: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, DESEMBARGADORES, PEDIDO DE LIBERDADE NEGADO, UNIVERSITÁRIO, FERNANDO JARDINI RELATOR, CIDADE DE VITÓRIA, DESEMBARGADOR ADALTO DIAS TRISTÃO,**

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/18/TVVITRIARECOR>  
DES-12.34.12-12.35.56-1568824702.mp4**